

Os partidos brasileiros de esquerda frente as reformas pró-mercado (1995-1999).

Maria Lucia Moritz.

Cita:

Maria Lucia Moritz (2007). *Os partidos brasileiros de esquerda frente as reformas pró-mercado (1995-1999)*. XXVI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Guadalajara.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-066/1480>

Trabajo presentado en XXVI Congreso da ALAS

Universidad Guadalajara

13 – 18/08/2007

MORITZ, MARIA LÚCIA

Porto Alegre/BRASIL

email: marialuciamor@ig.com.br – teléfono: (51) 3225.2252

Entidad: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

***Título del trabajo: As esquerdas brasileiras e as reformas pró-mercado
(1995-1999)***

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	03
2 DISTINÇÃO ESQUERDA X DIREITA	04
3 A TEORIA DO DISCURSO	05
4 AS ESQUERDAS FRENTE AO DESMONTE DO ESTADO BRASILEIRO (1995 – 1999)	08
4.1 Qual o papel do Estado?	08
4.2 Quebra dos monopólios estatais e as privatizações	13
5 ‘A GUIA DE CONCLUSÃO	35
REFERÊNCIAS	38
APÊNDICE A – Lista dos Deputados Federais dos Partidos de Esquerda - Legislatura	50 ^a . 42
APÊNDICE B – Relação dos Suplentes que assumiram a vaga de Deputado Fe- deral – Bancada partidos de esquerda – 50 ^a . Legislatura	45

As esquerdas brasileiras e as reformas pró-mercado (1995-1999)¹⁴⁴

Maria Lúcia R. de Freitas Moritz¹⁴⁵

1. Introdução

Este trabalho visa estudar o embate político travado, no interior do Congresso Nacional, entre os representantes dos partidos brasileiros de esquerda e os parlamentares da base governista, durante o primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-1999). A principal justificativa para o interesse neste objeto de estudo encontra-se na conjuntura política, tanto brasileira quanto latino americana, ou seja, a ascensão ao poder de governantes de perfil neoliberal.

Respalado na sua expressiva votação nas urnas, Fernando Henrique encaminhou ao Congresso Nacional, logo no início dos trabalhos legislativos, em fevereiro de 1995, um conjunto de propostas com vistas a alterar o perfil do Estado brasileiro. Entre as medidas iniciais apresentadas pelo Executivo destacavam-se duas: a) a redefinição do conceito de empresa nacional e b) a quebra dos monopólios estatais das telecomunicações, da energia elétrica, de recursos minerais, do petróleo e do gás. Frente a essa extensa pauta de discussão, no presente artigo interessa estudar a posição dos parlamentares de esquerda frente à quebra dos monopólios estatais e do programa de privatizações proposto pelo Governo Fernando Henrique.

O presente estudo tem na “teoria do discurso” seu referencial teórico-metodológico e propõe-se a analisar as manifestações da tribuna dos representantes dos partidos de esquerda em relação à mudança do perfil do Estado brasileiro, no decorrer da 50ª. Legislatura, durante o tempo reservado ao Grande Expediente. Neste artigo pretende-se explorar e testar a seguinte hipótese: na 50ª. Legislatura, a clivagem básica na esfera congressional deu-se entre os defensores das reformas pró-mercado (governistas) versus os anti-reformistas (esquerda), que na condição de minoria não tinham força parlamentar para derrotá-los no voto, e atuaram no sentido de marcar posição.

¹⁴⁴ O presente texto é uma versão adaptada do quinto capítulo da minha tese, intitulada **Vozes da Oposição**: os partidos de esquerda e o primeiro Governo Fernando Henrique (1995 – 1999), defendida junto ao PPG Ciência Política, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em junho de 2006, sob a orientação da professora Dra. Céli Regina Pinto.

¹⁴⁵ Doutora em Ciência Política e Professora do Departamento de Ciência Política/UFRGS.

Para levá-lo a efeito, este artigo foi dividido em três partes. Na primeira discute-se a distinção ideológica esquerda x direita. Na seção seguinte será apresentada uma breve discussão conceitual da “teoria do discurso” e na terceira, e última parte, analisar-se-á as manifestações discursivas dos parlamentares de esquerda, entre 1995 e 1999, em torno dos temas da quebra dos monopólios estatais e das privatizações propostas pelo Governo Fernando Henrique.

2. Distinção Esquerda x Direita

Não se pretende aqui fazer uma exaustiva discussão em torno da distinção esquerda x direita. O que importa reter neste momento é que, apesar do debate recente em torno do desaparecimento desta diferenciação ideológica, assume-se aqui a sua manutenção, mesmo que ela possa ser considerada generalizante e limitativa. Desde a sua origem casual às vésperas da Revolução Francesa até a atualidade suas noções passaram por alterações ao longo dos séculos.

Seguindo o exemplo de outros cientistas políticos¹⁴⁶, os critérios aqui adotados para caracterizar os partidos políticos brasileiros são suas posições programáticas. Tomando-se por base as votações nominais ocorridas no Congresso Nacional, em período recente - pós-redemocratização -, constata-se que os partidos brasileiros demonstram posicionamentos distintos em torno de temas políticos, econômicos e sociais. Conforme destacou Mainwaring et al (2000), durante a ditadura militar a principal marca distintiva entre os dois blocos era em torno da defesa da democracia. No período subsequente, a partir de 1985, as questões relacionadas ao autoritarismo x democracia diminuíram. Quando da Assembléia Nacional Constituinte o principal recorte foi o posicionamento dos partidos políticos no tocante aos “entulhos autoritários”, por exemplo: a) revogação automática de todos os decretos secretos com a promulgação da nova Constituição; b) limite máximo de 30 anos para o arquivamento de documentos secretos; c) restituir as aposentadorias aos militares cassados sob o regime autoritário; entre outros.¹⁴⁷ Estas questões-chaves foram mais apoiadas pelos partidos não-conservadores.

¹⁴⁶ Refiro-me especificamente a caracterização realizada pelos pesquisadores Maria Dalva G. Kinzo (1988) e Scott Mainwaring, Rachel Meneguello e Timoty Power (2000).

¹⁴⁷ Op.cit. p.33.

O debate que marca os anos 90 dá-se em torno do papel do Estado *versus* mercado. Os partidos conservadores defendendo o enxugamento do Estado, redução dos gastos públicos, privatização e a abertura ao capital estrangeiro, enquanto que os partidos de esquerda mostrando-se contrários a essas medidas. Para Mainwaring et al é em torno das questões econômicas que reside a diferenciação entre esquerda x direita. Estes priorizam o econômico em detrimento de medidas sociais. A partir desses critérios pode-se atualizar o quadro partidário brasileiro pós-1988 distribuindo da seguinte maneira os partidos políticos ao longo do tradicional *continuum* ideológico¹⁴⁸: esquerda (6): PCdoB, PDT, PPS, PSB, PT e PV; centro (2): PMDB e PSDB; direita (9): PPR/PPB/PP, PTB, PFL, PL, PSC, PRN, PMN, PSD e PRP. É em torno das manifestações discursivas das seis siglas de esquerda anteriormente citadas que consiste o objeto de análise do presente artigo.

3. A Teoria do Discurso

O potencial explicativo da “teoria do discurso” justifica a sua adoção neste estudo, pois através deste referencial teórico pretende-se trilhar o caminho que possibilitasse ampliar ao máximo o entendimento da construção social de significados. No presente trabalho o rol de manifestações proferidas da tribuna pelos deputados de esquerda, entre 1995 e 1999, constitui-se no *corpus* discursivo, o qual preenche os requisitos necessários para uma análise. O corpo discursivo criado pelo pesquisador obedece a critérios de uniformização, não se constituindo em uma construção aleatória. Houve preocupação constante neste trabalho de estabelecer um corpus que possibilitasse analisar a forma como os representantes dos partidos de esquerda se posicionaram frente ao desmonte do Estado brasileiro, construindo assim um “discurso anti-reformas”.

Algumas breves considerações referentes à “teoria do discurso” devem ser feitas. Vários autores contribuíram significativamente para que esta forma de análise avançasse; têm-se desde os subsídios oferecidos pela psicanálise passando pela lingüística até se chegar às ciências sociais. O objetivo maior desta teoria não é buscar respostas definitivas a problemas, e sim apontar um caminho de análise que proporcione melhores condições de pensar a relação prática discursiva e prática social.

¹⁴⁸ A distribuição ideológica dos partidos toma apenas as siglas que detinham representação parlamentar no

Alguns conceitos são fundamentais na “teoria do discurso”, entre eles: discurso, discurso político e sujeito. Primeiramente será abordada a noção de discurso. Este refere-se não exclusivamente ao texto, mas à produção social de sentido, isto é, a forma como as práticas sociais se constituem como significantes num dado momento histórico. Na definição de Laclau e Mouffe (1985) *discurso* é:

(...) a discursive structure is not a merely cognitive or contemplative entity; it is an articulatory practice which constitutes and organizes social relations (...) we will call any practice establishing a relation among elements such that their identity is modified as a result of the articulatory practice. The structured identity resulting from the articulatory practice, we will call discourse.

Essa prática articulatória, também chamada discurso supõe que as práticas se constituem através do sentido apropriado pelos sujeitos destas mesmas práticas. Os conteúdos específicos de um discurso não tem sentido em si, mas adquirem sentido na relação que o enunciador estabelece entre seus conteúdos.

No presente estudo parte-se da premissa de que há uma multiplicidade de discursos sociais, e o discurso político, que é especificamente o discurso que se está trabalhando, é apenas mais um dentro desta teia complexa chamada social. A indagação que surge é o que diferencia o discurso político dos demais discursos e onde está a sua singularidade. Uma das respostas é que o discurso político se singulariza e se diferencia dos demais discursos em função do seu objetivo, qual seja, a busca do controle do aparato estatal. Conforme Céli Pinto (1989), discurso político deve ser entendido como *aquele que reivindica o poder público(o Estado) através da construção de uma visão de mundo que se apresenta como a visão dos interesses gerais da sociedade*.

O discurso político possui uma intrínseca relação com o sujeito, pois seu êxito depende da sua capacidade de constituir sujeitos com a mesma visão de mundo. O discurso político é o discurso do sujeito por excelência, em todos os sentidos, já que depende dele para a sua sobrevivência.

Introduz-se aqui mais um conceito importante quando se trabalha com análise de discurso, a noção de sujeito. A definição desta categoria é bastante clara no texto de Laclau e Mouffe (1985), devendo ser entendida: *no sentido de posições de sujeito dentro de uma estrutura discursiva*. Ou seja, o sujeito não é origem das relações sociais, mas uma posição discursiva. Em outras palavras, a posição de sujeito é discursivamente construída. O momento inicial de um discurso é também o momento inicial do sujeito. Todo o discurso constitui e é

constituído por sujeito. Todo o discurso também se dirige ao outro, daí o discurso estabelecer uma relação de sujeição entre o sujeito enunciador e o outro - aquele a quem procura sujeitar. O discurso só existe através da sujeição.

O discurso construído por qualquer enunciador não é uma via de mão única, ocorrendo um jogo de interação entre o sujeito e o outro dentro da própria relação discursiva. Ou dito de outra maneira, o discurso não é mera construção do sujeito, mas leva em consideração a relação que se estabelece entre os parlamentares de esquerda x os deputados governistas. De acordo com Céli Pinto (1989): *os discursos lutam entre si pelo poder de interpelar sujeitos, articulando elementos pertencentes ao imaginário coletivo, à história dos povos, às formas que cada sociedade organiza, à sua produção e tantas outras posicionalidades presentes na luta da humanidade para reproduzir-se enquanto tal.*

A partir do recurso baseado no tripé: QUEM FALA - O QUÊ - PARA QUEM, pode-se organizar o material discursivo de tal maneira que percebe-se a construção de relações de equivalência e de diferença, bem como as relações antagônicas. Esta fase do processo de construção e desconstrução possibilita a comparação das diversas posições de cada sujeito, as formas que se repetem e que se opõem ao longo do “discurso anti-reformas” dos parlamentares das esquerdas.

A construção de sujeitos e, conseqüentemente, do próprio discurso político está diretamente relacionada com o caráter de luta que a construção deste tipo de discurso envolve. Esta luta é a luta pelo significado, é o jogo da construção do antagonismo. O discurso busca através do antagonismo construir uma visão de mundo que se oponha à visão de mundo do adversário. Enfim, o discurso constrói desconstruindo.

Através dos seus pronunciamentos da tribuna, no espaço do Grande Expediente, observa-se que o discurso das esquerdas, no período estudado, estava permeado pelo que Laclau e Mouffe (1985) denominaram de “lógica do antagonismo”¹⁴⁹, isto é, os deputados desses partidos demarcaram um espaço político cuja a linha divisória estabeleceu dois campos políticos muito distintos: nós/oposição de esquerda x eles/Governo. Suas manifestações discursivas foram reveladoras de sua estratégia política: a opção por uma atuação denunciata e

¹⁴⁹ Para Laclau e Mouffe (1985) este conceito deve ser entendido como “aquele onde a realidade de um dos pólos é simplesmente a negação do outro”. Por exemplo, ao imaginarmos dois sujeitos em uma relação de antagonismo, A x B, A impede que B se constitua plenamente, daí a relação de antagonismo. Se A destrói B, o antagonismo deixa de existir, neste momento dá-se a ruptura.

fiscalizadora dos atos do Poder Executivo. Tendo como foco constante de suas críticas as propostas e projetos governamentais, as quais serviram para manter seu distanciamento do Governo federal, e simultaneamente, reafirmar sua postura político-ideológica.

4. As esquerdas frente ao desmonte do Estado brasileiro (1995 – 1999)

Como já foi citado anteriormente, imediatamente após a abertura dos trabalhos da 50ª legislatura, o Poder Executivo enviou à apreciação do Congresso Nacional um conjunto de medidas com vistas a redesenhar o Estado brasileiro. O estratagema do Governo Federal foi apresentá-las em bloco, englobando as emendas constitucionais que propunham as quebras dos monopólios estatais, a saber: dos recursos minerais, de exploração do potencial de energia hidráulica e redefinição do conceito de “empresa nacional” (EMC nº 6), das telecomunicações (EMC nº 8) e do petróleo, do gás e derivados (EMC nº 9). Além dessas propostas liberalizantes, orientadas para o mercado, o Palácio do Planalto também enviou, simultaneamente, as reformas previdenciária, tributária e fiscal.

Para dar conta das reações dos partidos de esquerda e dos posicionamentos dos seus parlamentares frente ao pacote reformista serão tomados os pronunciamentos da tribuna dos seus representantes, a partir de dois eixos de análise: a) a visão das esquerdas sobre o papel do Estado e b) resgatar as manifestações dos deputados desses partidos em torno das reformas pró-mercado, especificamente as proposições em torno da quebra dos monopólios estatais e das privatizações.

4.1 Qual o papel do Estado?

O conjunto de reformas constitucionais encaminhadas pelo presidente Fernando Henrique aprofundou medidas liberalizantes iniciadas no Governo de Collor de Mello (1990-1992). As propostas reformistas apresentadas em 1995 sustentavam a idéia que elas pretendiam colocar um ponto final em um modelo interventor de Estado, cuja presença forte era sentida, direta ou indiretamente, no setor produtivo. Tal ciclo teve seu início no pós-30 com Getúlio Vargas e, segundo Fernando Henrique, passados 60 anos apresentava sinais de esgotamento. Diante desta realidade deveria ocorrer a substituição deste Estado por um novo modelo, com vistas a retomada do desenvolvimento econômico e social do país.

A questão do Estado foi um aspecto que permeou incisivamente as falas dos deputados de todos os partidos de esquerda e elas apresentavam um ponto de convergência: seu papel era considerado fundamental em um país como o Brasil. A partir dessa premissa alguns parlamentares até admitiam a necessidade de reformar o Estado, porém em uma direção diametralmente oposta daquela que o Governo Fernando Henrique propunha. Para esses congressistas qualquer reformulação deveria ter como objetivo principal “desprivatizar” o Estado, colocando-o a serviço dos brasileiros em geral, especialmente os mais necessitados. Sendo assim pode-se afirmar, como será visto a seguir, que a clivagem básica não se deu apenas entre reformistas x anti-reformistas, mas também entre estatistas *versus* anti-estatistas. Pois a idéia subjacente às propostas de reforma estava diretamente relacionada a visão de Estado, tanto de um bloco partidário como de outro.

Sempre que os deputados de esquerda abordaram temas como quebra dos monopólios estatais, as privatizações e as reformas constitucionais, eles também estavam falando, direta ou indiretamente, sobre a questão do Estado. Por um aspecto meramente conjuntural, o ano de 1995 - quando tiveram início a tramitação das propostas de reformas constitucionais - foi pródigo em manifestações dos parlamentares abordando mais explicitamente o papel do Estado. As falas mais expressivas ocorreram no mês de abril do referido ano e foram proferidas pelos deputados do PT, entre elas pode-se destacar a manifestação do deputado Chico Ferramenta (MG), que subiu à tribuna, no dia 25 de abril de 1995, e lembrou a seus pares que o Chefe da Nação, em suas manifestações públicas, vinha apregoando o fim do ciclo do intervencionismo estatal. Em seu pronunciamento, a seguir reproduzido, o petista foi bastante crítico ‘a proposta governamental e saiu em defesa de um outro tipo de reforma. Eis suas palavras:

Sr. Presidente, Sr e Srs. Parlamentares, com muita honra que ocupo a tribuna desta Casa. (...) Acima de tudo, procurarei defender os interesses gerais do povo brasileiro, em busca de soluções para esta crise que tanto golpeia a sociedade brasileira. E dentro desta perspectiva que tenho procurado acompanhar as ações políticas do nosso Presidente, mesmo antes de sua posse.(...) Entre as preocupações levantadas pelo Presidente, destaca-se firmemente, como ponto central, a reforma do Estado, nos seus mais diversos aspectos. Certamente este debate é muito rico e espero que seja fecundo. A sociedade brasileira não pode esperar mais por reformas profundas no nosso sistema educacional, que assegure uma produção científica de qualidade, gerando novas tecnologias capazes de somar para o desenvolvimento nacional. O sucateamento do sistema de saúde, não pode mais continuar. (...) A contração da execução orçamentária levou a cortes em investimentos em habitação, saneamento básico, obras de infraestrutura urbana, transporte público, que agravaram ainda mais a situação das lavas de migrantes, despejados nos grandes centros, movidos pelas agonias da vida rural. (...)

(...)Mesmo no nosso País, a figura do Estado tentacular confunde-se com governos autoritários e, mais recentemente, com o ciclo da ditadura militar, sob cuja égide, a intervenção estatal no mundo econômico atingiu o paroxismo. As estatais foram obrigadas a ser curvar à vontade e aos caprichos dos governantes ou a servirem de metas de política econômica questionáveis, ou a meramente se curvarem a interesses diretos de grupos econômicos. Quem não se lembra das indicações políticas para cargos vitais e importantes nas empresas estatais? (...) (25/04/1995 – 1ª parte)

À exemplo de seus pares em outras manifestações, o deputado Chico Ferramenta fez um diagnóstico do país: a situação era de crise, soluções deveriam ser buscadas e o caminho estava nas reformas. Reformar também era a proposta de Fernando Henrique, porém não eram as mesmas mudanças apregoadas pelo representante do PT. O presidente da República propunha como ponto central alterar as funções do Estado, substituindo o intervencionismo estatal, vigente desde a década de 30, por um modelo regulador/fiscalizador das atividades econômicas. Em um campo oposto, o representante das oposições defendia não um Estado mínimo, mas ao contrário, um Estado que se fizesse presente. Apesar do longo período de vigência do Estado interventor, ele esteve completamente ausente de áreas fundamentais como educação, ciência e tecnologia, saúde, habitação e infra-estrutura (saneamento básico e transporte público). A defesa de um Estado “presente” em oposição ao interventor, adquire um sentido especial na fala de Chico Ferramenta. Este modelo de Estado foi associado, no caso brasileiro, a governos autoritários, os quais colocaram as estatais à serviço de interesses políticos e de determinados grupos econômicos. Com isto o deputado constrói uma cadeia de equivalências, onde o intervencionismo estatal foi igualado a autoritarismo e privatização do espaço público. É por isto que em tempos democráticos este é um modelo que não serve mais, devendo passar por reformas que tenham como objetivo principal publicizar o Estado.

Na continuação de sua manifestação Chico Ferramenta reforçou uma das facetas negativas do Estado interventor, mas também detalhou algumas das suas contribuições para o país, em um momento histórico determinado:

(...) No Brasil, mais do que nunca, o setor produtivo estatal sempre foi privatizado, servindo a interesses particulares de grupos políticos ou econômicos. Este fato, junto a muitos outros, levou à crise do setor, que hoje necessita de ter o seu papel econômico revisado. Todavia, não podemos esquecer que a intervenção do Estado no mundo econômico — o chamado Estado nacional desenvolvimentista — foi o fator decisivo para que a economia brasileira chegasse aonde está. (...) Acredito que o Estado deve ser público. Portanto, não o patrocinamos. Não estamos defendendo o Estado quando criticamos a fúria privatista do Governo federal, mas apenas dizendo que é preciso tornar nossas estatais empresas públicas a serviço de toda a sociedade.

O capital estrangeiro e o capital nacional, certamente somaram e contribuíram para este desenvolvimento, mas foi a capacidade de investimento do Estado, juntamente com os instrumentos de poupança pública que determinaram a dinâmica expansiva da economia brasileira.

Resta então, nos perguntarmos: este ciclo está mesmo encerrado? Tenho minhas dúvidas Sr. Presidente. Infelizmente, mesmo sendo a décima economia mundial, acredito que o papel estruturante do Estado no mundo econômico, ainda é e será relevante. Deverá, obviamente, ser revisto, modificado, adaptado ao mundo moderno, mas continuará a existir. (...)

A nossa preocupação é exatamente não levar o discurso para o campo ideológico. Não estamos aqui discutindo se o setor siderúrgico é ou não estratégico; estamos chamando atenção para o fato de que esse método de privatização, essa fúria privatista tem trazido muitos prejuízos para o Brasil. Afirmamos que o Estado brasileiro investiu 25 bilhões de dólares no setor siderúrgico e só teve 2 bilhões de retorno; portanto apenas 8% daquilo que investiu. Os números que estamos apresentando — e são de um relatório do BNDES — comprovam que o Estado brasileiro está perdendo seu patrimônio, está ficando sem dinheiro e continua endividado. (...) Estamos procurando trazer o debate exatamente para o campo pragmático e não ideológico, ou da fantasia,...). É preciso discutir, sim, a reforma do Estado. Defendemos a reforma do Estado, talvez não a mesma que S. Ex o Presidente da República, está defendendo. (...) (25/04/1995 – 2ª parte)

O deputado Ferramenta localizou precisamente onde estava a origem da crise do Estado interventor: ter servido a interesses privados. Mesmo assim, o intervencionismo estatal desempenhou um papel importante, ele foi responsável por colocar a economia brasileira entre as dez maiores do mundo. O parlamentar reconheceu que os capitais nacional e estrangeiro também contribuíram para isto, mas foi o maciço investimento público que alavancou o nível de desenvolvimento nacional. É em função desta contribuição que o representante da oposição estava convencido que o Estado ainda possuía um importante papel a desempenhar, entretanto ele deveria se dar em outras bases. O principal embate com o Governo Federal se dará justamente na definição em torno de quais são as reformas necessárias. Estas se colocam em um campo diametralmente oposto à “fúria privatista” do presidente Fernando Henrique, ao invés de menos Estado, o que a sociedade brasileira necessita é de mais Estado, que ele esteja mais presente e à serviço, não de uma elite, mas dos brasileiros em geral.

É interessante observar a construção discursiva que o parlamentar do PT fez: ele admitiu que estava fazendo um debate pragmático em torno desta questão, e quem pretendia ideologizá-lo era o presidente da República. Isto porque freqüentemente, conforme noticiado pela imprensa, ao longo da tramitação das propostas de emendas constitucionais o Chefe do Executivo rotulou as oposições de “atrasadas e retrógradas”, por elas estarem contra essas propostas e porque as esquerdas faziam críticas vazias. Para desqualificar este argumento do

primeiro mandatário da nação, Chico Ferramenta utilizou-se de um contra-argumento pragmático, isto é, ele buscou em um relatório do BNDES, portanto “oficial”, dados para questionar as medidas privatistas do Governo. Daí que ele trouxe o exemplo da siderurgia, toda ela já havia passado para as mãos privadas, que deu como retorno apenas 8% de todo o capital investido pelo Estado brasileiro, que fora algo em torno de US\$ 25 bilhões.

Outro parlamentar que trouxe a questão do Estado para o debate, foi o representante do PCdoB, Aldo Arantes. Sua fala ocorreu em dezembro de 1996 e pode ser tomada como uma síntese do ideário das esquerdas em torno do referido tema:

Sr. Presidente, Sr e Srs. Deputados, na verdade, essa questão das privatizações envolve um debate, mais aprofundado, envolve um debate acerca da papel do Estado na economia brasileira, aliás, do papel do Estado na economia.

Fala muito que hoje a regra é a de menos Estado e mais mercado. Só que sabemos, Sr. Presidente que menos é Estado e mais mercado, retirando o Estado das atividades sociais, significa permitir o crescimento dos grandes grupos econômicos e o agravamento da crise social, que; aliás, é o que está acontecendo em todos os países que estão aplicando o tal projeto neoliberal. Ele significa a concentração brutal da renda, por um lado, e, por outro, a marginalidade social.(...) (31/12/1996)

A tônica do pronunciamento do deputado Aldo Arantes não é só o reconhecimento da importância da atuação do Estado na economia, mas também a construção do antagonismo entre Estado e mercado. Ou seja, na medida em que o mercado se expande, o Estado encolhe. Essa relação assimétrica entre os dois agentes produz um resultado positivo - ganhos para os grandes grupos econômicos, e outro negativo - perdas para outros, pois aumenta a concentração de renda e a exclusão social, agravando assim a crise social. Mas isto não está restrito apenas ao Brasil, mas ocorre em todos os países que adotaram o “projeto neoliberal”.

Os pronunciamentos anteriormente destacados apresentaram características comuns, entre elas, a crítica ao novo modelo estatal proposto pelo Governo Fernando Henrique, o reconhecimento da importância da presença do Estado e a defesa da sua reforma, mas em um sentido diametralmente oposto ao apresentado pelo Palácio do Planalto, ou seja, ele deve ser desprivatizado, para só assim atender aos interesses gerais da sociedade brasileira.

4.2 Quebra dos monopólios estatais e as privatizações

Como já foi destacado, em fevereiro de 1995 o Poder Executivo deflagrou o processo de alteração do perfil do Estado brasileiro. É também neste ano, que os representantes das esquerdas ocuparam o espaço do Grande Expediente para fazer suas manifestações mais contundentes em torno das medidas encaminhadas pelo Governo Fernando Henrique. Os temas que mais mobilizaram esses deputados e acirraram o conflito entre os dois blocos ideológicos foram: a) a quebra dos monopólios estatais das telecomunicações e do petróleo, e b) as privatizações do sistema elétrico e da Companhia Vale do Rio Doce. Principalmente os membros do PT e do PCdoB foram, sistematicamente, à tribuna denunciar o que representava a aprovação das medidas reformistas e quais as suas conseqüências imediatas, ou futuras, para a sociedade brasileira.

A partir da análise do conjunto de pronunciamentos, constata-se que eles possuem uma estrutura discursiva semelhante. Ou seja, independente do partido político, as manifestações em torno da quebra dos monopólios estatais e das privatizações obedeceram a três tempos, a saber: primeiramente os parlamentares buscaram entender as razões de sua implementação e procuraram contextualizá-las, no Brasil e no mundo. Depois eles preocuparam-se em abordar as suas conseqüências para o país, caso as propostas do Governo fossem aprovadas. E por fim, uma avaliação da derrota imposta pelos governistas quando da aprovação das emendas constitucionais. A fala mais expressiva e que pode ser tomada como paradigmática sobre o referido assunto foi pronunciada pelo deputado Chico Vigilante (PT). Assim ele se pronunciou, cinco dias após o encaminhamento ao Legislativo das propostas de reforma do Governo:

Sr. Presidente, Sr e Srs. Deputados, a Constituição brasileira foi promulgada há pouco mais de cinco anos, (...)a Constituição Cidadã. A primeira vista, parecia que todos os males do Brasil estavam sepultados e que, a partir daquele instante, haveria o crescimento econômico, melhor distribuição de renda, enfim, acabaria a miséria no Brasil. Hoje, após cinco anos, os mesmos que aplaudiram aquele ato, (...)falam que o País é ingovernável por causa dela. Insistem em que seja feita uma revisão constitucional, como se fosse o remédio para todos os males da economia brasileira. Afirma-se, a todo instante, que é preciso quebrar o monopólio das telecomunicações, do petróleo, abrir nossa economia para o capital externo. (...)tenho convicção: o problema do País não é a Constituição brasileira. (...) A Constituição chinesa, tenho certeza, é mais nacionalista do que a nossa. Entretanto, o capital internacional está sendo investido lá, mas com controle, o Estado controla a sua economia. (...)

Portanto, precisamos discutir o assunto com muita tranquilidade e seriedade no Congresso Nacional. Os representantes de outros Estados devem saber que a única chance de se continuar investindo em telecomunicações nos rincões mais distantes da Capital da República, como o Acre, por exemplo, é através do monopólio das

telecomunicações. A Embratel, esse gigante construído pelo povo brasileiro, deve continuar existindo. O capital privado não vai investir no Acre porque a telefonia naquele Estado dá prejuízo. Não se vai investir em Ceilândia - para me reportar a um local mais perto — em Taguatinga e em quase todas as cidades-satélites de Brasília porque também dão prejuízo. (...) o capital privado nacional, e muito menos o internacional, não vai investir onde não dá lucro. Eles querem é o sistema de transmissão de dados, a telefonia celular, pois dão lucro, deixando os ossos do sistema para o Estado brasileiro. (21/02/1995 – 1ª parte)

O parlamentar abre a sua fala destacando a rápida mudança conjuntural ocorrida a partir da promulgação da Constituição de 1988. Em um primeiro momento ela seria a solução de todos os problemas do país, passados apenas sete anos, o novo ordenamento legal transformou-se em algo anacrônico e passou a ser visto como uma importante fonte de ingovernabilidade. Cria-se assim as condições emergenciais para o “discurso do reformismo”, que joga nas emendas constitucionais uma nova possibilidade de resolução dos males brasileiros. Entretanto, o deputado petista deixa claro a sua posição: os problemas do Brasil não tem nada a ver com a Carta Magna, ou mais especificamente com o seu viés nacionalista. Para reafirmar o seu ponto de vista, ele remete-se ao exemplo da China, país que vinha atraindo elevadas cifras de capital estrangeiro, apesar do regime estatista e nacionalista.

Para Chico Vigilante o ponto nevrálgico localizava-se em outro lugar, no interesse que uma área estratégica como as telecomunicações, despertavam nas empresas estrangeiras. Em função do monopólio estatal, elas estavam impedidas de atuarem neste setor altamente lucrativo e dentro desta lógica de mercado, as barreiras deveriam ser quebradas. Entretanto, o deputado fez questão de salientar que se existe uma parte que dá lucro nas telecomunicações, existe uma outra que dá prejuízo e esta não interessa ao investidor, seja nacional ou internacional. Logo, ou esta população ficará desassistida ou caberá ao Estado fornecer esse serviço, arcando sozinho com este ônus.

Assim como fez a defesa da manutenção do monopólio estatal das telecomunicações, Chico Vigilante também pregará, na continuação de sua fala, a manutenção do *status quo* na área petrolífera.

É uma falácia essa história de privatização e de quebra do monopólio. O mesmo vale para o petróleo. Quem não se lembra de que, há pouco mais de cinquenta anos, estava em aberta a prospecção de petróleo no Brasil? As empresas podiam fazer pesquisas a hora e onde quisessem. Diziam que não havia petróleo no País. Foi então que se criou, com a vontade, a raça e a coragem do povo brasileiro, a Petrobrás, tomando-a o gigante que é hoje. E não me venham falar que ela dá prejuízo ou que é mal administrada. O

problema não está nos funcionários da empresa. A maioria das estatais brasileiras tornaram-se cabide de emprego de políticos falidos. Quando um candidato não conseguia reeleger-se, era nomeado para dirigir uma estatal. Por isso elas andaram meio ruins das pernas. (...)

Outro assunto, Sr. Presidente. O Estado que aí está, que eles chamam de inoperante — os que defendem —, de dinossauro, não foi construído pela esquerda brasileira. A esquerda sempre teve um espaço muito pequeno na política nacional. O Estado brasileiro atual foi construído e defendido, em grande parte, pelas pessoas que hoje o estão combatendo. Fico estarrecido quando ouço por exemplo, o Deputado Roberto Campos falar mal do sistema econômico brasileiro, porque ele foi um dos seus idealizadores e sempre pensou assim. Logo, não estão agindo com seriedade, não estão falando a verdade. Ouço, também, neste Congresso, pessoas dizendo que é preciso modificar a Constituição para se poder fazer uma melhor distribuição de renda. Mas como? (...) Quero ver quando fizerem essa reforma constitucional, de quem vão passar a reclamar.

(...) Este País é grande. Creio que os defensores da quebra dos monopólios querem entregar as riquezas nacionais. O que querem é isso mesmo. Por que essa guerra toda pelo petróleo? Todos sabemos que a Guerra do Golfo, que houve há pouco tempo, não era para libertar o Kuwait, era uma guerra pelo petróleo. (21/02/1995 – 2ª parte)

Quando da discussão em torno da quebra do monopólio estatal sobre o petróleo, a PETROBRAS contava com 42 anos de existência e o parlamentar fez questão de relembrar que à época da sua criação, empresas petrolíferas atuavam no Brasil e negavam a existência de petróleo em solo nacional. Mesmo assim, por vontade política, a estatal foi criada e em quatro décadas tornou-se uma referência na área, nacional e internacionalmente.¹⁵⁰ Para não dar margem a qualquer argumento falacioso, Chico Vigilante ainda destaca que esta empresa era lucrativa e bem administrada. E aqui reside um ponto importante na fala do deputado, a gestão da coisa pública. De um lado, existe um gestor público que administra bem, caso da PETROBRAS e do Hospital Sara Kubitschek, e de outro lado, governantes que fazem mau uso das estatais transformando-as em “cabide de emprego”. É aí o foco do problema: na falta de responsabilidade e probidade na administração pública. Isto leva a desvirtuamentos e acarreta prejuízos a toda uma nação. Portanto, o que deve ser discutido não são as privatizações e sim repensar a forma como se dá a administração da coisa pública.

Outro aspecto que o parlamentar chama a atenção é a transformação que se processa no modelo interventor de Estado. Outrora ele serviu para construir a PETROBRAS e a

¹⁵⁰ Em dezembro de 1951, Getúlio Vargas enviou ao Congresso Nacional o projeto que criava a Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRAS). Entretanto, esta proposição não previa o monopólio estatal e admitia participação minoritária do capital estrangeiro. O monopólio na mão do Estado foi proposto, primeiramente, pelo deputado do PTB, Euzébio Rocha e posteriormente, pelo presidente da UDN. No calor da discussão Vargas foi chamado de “aliado do

TELEBRAS, conforme desejaram seus idealizadores, agora ele transformou-se em inoperante e deve ser combatido. E o que mais causa estranheza ao deputado é que são exatamente as mesmas pessoas que levantaram as bandeiras pró, e depois contra, o intervencionismo estatal. Nesse período nunca houve dois modelos de Estado degladiando-se representando duas concepções ideológicas, pois a esquerda não teve força política suficiente para lançar ao debate o seu modelo ou influenciar no seu formato, sempre ele foi fruto da opção política da elite dirigente, sem qualquer influência da esquerda nos seus desígnios. Entretanto, quando seus representantes saíram em defesa dos monopólios e da atuação estatal foram rotulados de “dinossauros”. O que deve ser entendido é por que de idealizadores e defensores do Estado interventor passaram a detratores? As justificativas apresentadas, segundo Chico Vigilante, não se sustentam e uma a uma ele foi desmontando – Constituição nacionalista, prejuízo com as estatais, redistribuição de renda.

O deputado Chico Vigilante lembrou aos seus pares que o capital privado já havia dominado o setor das telecomunicações e que seus serviços tinham deixado a desejar. Portanto, causava estranheza ao deputado que esses mesmos grupos clamassem por uma oportunidade. Por sua vez, o parlamentar alertou que o Governo Federal não queria estabelecer um esquema de parceria, e sim entregar um setor lucrativo à iniciativa privada. Eis as suas palavras:

(...) Tenho ouvido muitos Senadores e Deputados dizerem que o Estado deve sair dessas áreas e se preocupar com os setores da saúde, da educação, da segurança e do transporte. Mas, vejam bem: existe algo mais privatizado, no País, do que a Saúde? Na maioria dos Municípios brasileiros, os hospitais são privatizados. E sabemos do péssimo atendimento que dão à população. Quando alguém quer fazer um tratamento de qualidade, geralmente procura um hospital público. Aqui no Distrito Federal é assim, (...) tem de batalhar para conseguir uma vaga, por exemplo, no Hospital Sarah Kubitschek, que é público. Essa é a demonstração de que, quando quer, o Estado faz bem feito.(...)

Além disso, o capital estrangeiro geralmente não corre risco. O capitalista, no Brasil, não corre riscos. Vive “mamando nas tetas” do Governo. Depende dele para tudo. São raros os que tem iniciativa própria. O melhor capitalismo do mundo é o nosso. E o capitalismo estatal. Quando alguma empresa quebra, o Banco do Brasil a socorre e geralmente assume o prejuízo. A dívida de 600 empresas foi assumida pelo referido banco, quando deviam ter sido privatizadas novamente. Em certos setores, o Estado nunca deveria ter entrado. Entrou porque foi obrigado. As empresas faliram. Tinham tomado dinheiro emprestado. Não pagaram os empréstimos e o Estado assumiu a dívida.

Quero o desenvolvimento do Brasil — vou lutar por isso —, mas só quero com distribuição de renda. Não quero que este País continue uma Nação muito rica, mas de povo. (...) Ou este país muda para melhor — e isso não se dará com a entrega das nossas

riquezas —, com o empresariado brasileiro e o Governo se preocupando com a distribuição de renda, (...) ou não vai ter solução. (...) Aí ninguém se salvará. Tanto apresento aqui, enquanto é tempo, essas minhas preocupações para que possamos consertar o rumo da nossa economia. (21/02/1995 – 3 parte)

No seu embate com os aliados do Governo, o deputado Vigilante desmistificou um dogma bastante disseminado na sociedade brasileira: a competência da iniciativa privada *versus* a incompetência do poder público. Para isso ele recorreu ao passado, quando as telecomunicações já estiveram nas mãos do capital privado e não funcionavam direito. De outro lado, existem exemplos concretos de administração competente no setor público, desde que o Estado assim se proponha a fazê-lo. Ou seja, que o princípio republicano não se desvirtue para o patrimonialismo. Além disso os tradicionais preceitos liberais, tais como, correr riscos, disputa de mercado, competitividade, empreendedorismo, não são encontrados no receituário dos capitalistas, nacionais ou estrangeiros, que aqui se estabeleceram. Seguidamente empresas quebram e são socorridas pelo Governo, razão pela qual o Estado brasileiro passou a atuar em determinados setores, que não estavam necessariamente entre seus interesses primordiais. Portanto, segundo o parlamentar, a quebra dos monopólios estatais, diferentemente do que apregoam os governistas, não tem nenhuma relação com o desenvolvimento do país ou com a distribuição de renda, mas tem a ver com um jogo de interesses, onde grupos econômicos almejam as riquezas nacionais.

Simultaneamente ao debate em torno das telecomunicações, outra proposta de quebra de monopólio estatal foi foco de acirradas discussões – o petróleo. Um dos principais expoentes favoráveis à manutenção da área petrolífera sob o controle do Estado foi o deputado do PT, Miguel Rosseto. Sua emblemática manifestação ocorreu no dia 29 de Abril de 1995:

Sr. Presidente, durante 45 dias a Comissão Especial que trata do Projeto de Emenda à Constituição de nº 6, que prevê a quebra do monopólio estatal do petróleo, discutiu aprofundadamente o tema. (...) Foi um debate rico e esclarecedor. Infelizmente, pela própria dinâmica desta Casa, a maioria dos Parlamentares não tomou conhecimento desses debates. Infelizmente, também, o ritmo atribulado que o Governo impôs à Câmara e o Congresso fez com que esses debates não tivessem nem mesmo a necessária cobertura da imprensa.

(...) Nossa responsabilidade é fugir do senso comum criado em torno das estatais e dos monopólios, que se fundamentam em impressões ligeiras, desinformações e, acima de tudo, em uma tal e insidiosa campanha que tem como objetivo final o desmantelamento do Estado brasileiro. (...) Qualquer decisão que se pretenda séria sobre a sorte do monopólio deve necessariamente iniciar-se por um balanço da sua vigência no Brasil.

Em quarenta anos de vigência do monopólio estatal do petróleo no Brasil, o governo investiu 10 bilhões de dólares no sistema Petrobrás (...) e recolheu U\$ 34 bilhões para o Tesouro na forma de impostos e taxas. Ainda neste período, a Petrobrás investiu U\$80 bilhões de dólares no País - superior à soma de todos os investimentos realizados por empresas internacionais reunidas - (...) O que nos remete a uma segunda questão: terá esgotado o apelo do Estado neste setor da economia pela sua crise de financiamento? (...) Há mais de vinte anos, ou mais precisamente desde 1973, o Tesouro não investe um centavo sequer no setor por uma única e simples razão: o sistema é auto-sustentado e superavitário. (29/04/1995 – 1ª parte)

Comparando-se a fala de Miguel Rosseto sobre a quebra do monopólio do petróleo àquelas que abordaram o fim do controle estatal das “teles”, de autoria de outros deputados petistas, observa-se a mesma estrutura discursiva. Ou seja, um convite a uma profunda reflexão em torno da questão (telecomunicações ou petróleo), seguida da apresentação dos argumentos governamentais e sua desqualificação. Posteriormente uma análise da tendência internacional em cada uma das áreas, e por fim, o interlocutor nomeia, em tom de alerta, quem são os ganhadores e os perdedores no caso dos setores de telefonia e petrolífero deixem de estar sob controle do Estado.

Em função de ser bastante extenso, o pronunciamento do deputado Rosseto foi dividido em quatro partes, facilitando assim a sua análise. Na parte inicial, acima destacada, o parlamentar do PT reconheceu que a riqueza de debates que se estabeleceu internamente na Comissão Especial, não se reproduziu no restante da Câmara dos Deputados, nem repercutiu na imprensa com a devida importância. Logo o representante petista estava apontando para uma fragilidade da dinâmica legislativa: a falta de debate. Entretanto o que poderia parecer um paradoxo da Casa legislativa, nada mais é do que uma manobra do Governo, que deliberadamente sobrecarregou a pauta do Parlamento, para justamente evitar qualquer discussão em torno de suas propostas e assim acelerar a aprovação das matérias do seu interesse.

Na continuação de sua fala, o deputado Rosseto levanta alguns pontos fundamentais para o debate público sobre o monopólio estatal do petróleo, entre eles, qual o montante de recursos necessário para desenvolver o setor petrolífero? ou ainda, como se dá a participação do Estado nessa área, tanto nos países desenvolvidos, como naqueles de baixo nível de desenvolvimento? Eis as suas indagações:

(...) O representante do Governo simplesmente desconhece os números que baseiam a proposta de mudança mais importante nas suas áreas na história brasileira! Isto é

suficiente para demonstrar com que seriedade o Governo produz seus dados e argumentos.

(...) A terceira questão levantada pelo Governo e por defensores do neoliberalismo refere-se ao curso internacional da participação do Estado na economia e, particularmente, no setor petrolífero, associada a isso a idéia da existência da concorrência no setor. Segundo essas argumentações, os portais da modernidade serão atravessados pelo Brasil, livrando-o do anacronismo das estatais e dos monopólios. Este seria o curso internacional de quem alcançou a eficiência no setor.

O que se deduz da observação do quadro internacional é exatamente o oposto da pregação que estamos acostumados a ouvir. Como se sabe, a participação do Estado brasileiro no PIB encontra-se na ordem de 21%. No clube das economias altamente privatizadas o que vamos encontrar são países de baixo desenvolvimento, pequena sofisticação de suas economias e alta miserabilidade de seu povo. São países como Costa Rica, que ostenta 19% do seu PIB em mãos do Estado; Etiópia, com 16%; Uganda, com 15%; e o Peru (...) que alcança apenas 10% de seu PIB em mãos estatais.

No lado oposto, o que vamos encontrar são países como a Dinamarca, com 51%; Suécia, com 49%; França, com 42%; ou a Alemanha, com 39%. Mesmo os Estados Unidos, parâmetro para todas as análises, não confirmam as suas teses, uma vez que, com 28% da suas economias em poder do Estado, é ainda superior ao caso brasileiro.

Assim como a participação do Estado na economia em geral, a situação de participação estatal no setor petrolífero é exatamente o oposto da pregação neoliberal. Das reservas mundiais, apenas 45% encontram-se hoje em poder das 22 maiores empresas privadas, enquanto 83% estão sob o controle das 28 maiores estatais do setor. Aqueles que falam em concorrência, encobrem uma realidade altamente monopolizada: quinze empresas detêm 94% das reservas mundiais. Doze empresas privadas detêm 65%, portanto, dois terços das vendas de derivados de petróleo do mundo. E por conta desta realidade que se impõe a opção clara: Ou temos monopólio estatal ou monopólio privado no setor. (29/04/1995 – 2ª parte)

Nas palavras do próprio deputado petista, faltava seriedade ao Governo a partir do momento, em que boicotava o debate público em torno do tema monopólio do petróleo e quando jogava com a desinformação, por exemplo, apresentava dados sem consistência. Tal fato se deu quando o Executivo não expôs claramente que a PETROBRAS era uma estatal superavitária e que se auto-sustentava, portanto ela não dependia de investimento público para continuar existindo. Ou ainda, não foi dado ao conhecimento público que esta estatal devolveu ao tesouro nacional, sob a forma de impostos e taxas, uma cifra de US\$ 34 bilhões, ao longo de seus 40 anos de existência. Também não foi dito pelo Governo que a PETROBRAS “investiu US\$80 bilhões de dólares no país - superior à soma de todos os investimentos realizados por empresas internacionais reunidas”. Para deixar mais marcada a falta de transparência governamental, Rosseto relatou que o próprio ministro das Minas e Energia admitiu, em depoimento à Comissão Especial, desconhecer o montante de investimento que deveria ser

feito na área petrolífera. Assim como, o Poder Executivo denominou de “flexibilização” o que na verdade consistia na transferência do monopólio estatal para as mãos privadas.

O outro argumento governamental que o deputado Miguel Rosseto desqualificou referia-se a conjuntura internacional. Na visão do Governo, a tendência mundial era a desestatização da economia, tanto nas telecomunicações como no setor petrolífero. Entretanto, o petista apresentou dados que indicavam uma direção diametralmente oposta aquela apregoada pelo Poder Executivo. Ou seja, países desenvolvidos e altamente capitalistas como Noruega, Suécia, França e Alemanha, apresentavam, à época, índices acima de 40% de participação do Estado na economia. De outro lado, países periféricos, caso da Etiópia, Uganda, Costa Rica e Peru, tinham uma economia altamente privatizada, com menos de 20% do PIB em mãos estatais. A participação do Estado brasileiro (21%) aproximava-se deste segundo grupo. À luz da realidade encontrada nas nações ditas de primeiro mundo, pode-se inferir que o papel do Estado na economia fez toda a diferença no seu patamar de desenvolvimento e nas condições de vida de sua população. Diferentemente do perfil encontrado nos países africanos e latino-americanos, onde predominava a miséria e o baixo nível de desenvolvimento.

Na parte final de sua manifestação, o deputado Rosseto trata das conseqüências para o país, caso a quebra do monopólio estatal do petróleo fosse aprovada pelo Congresso Nacional. Nas suas palavras,

(...) A pergunta que se impõe, portanto, é que se há necessidade de mudanças, para que e para quem? Afinal, o que podemos esperar com a quebra do monopólio? Quais seriam as vantagens para o País? Poderíamos esperar a redução de preços para o consumidor final? A experiência internacional diz que não. Nos países onde a exploração do petróleo foi privatizada, a conseqüência foi o aumento de seu preço, e não a sua diminuição. (...) Certamente, o consumidor final em nada ganharia com a mudança.

(...) Poderíamos, então pensar em benefícios para a indústria nacional por novos investimentos das empresas internacionais? Tampouco isso encontra amparo nos dados de realidade. Em primeiro lugar, a Petrobrás, hoje, realiza 80% de suas compras no mercado interno, o que fatalmente seria revertido com operadoras internacionais no controle do mercado.

(...) Por fim, impõe-se perguntar se a quebra do monopólio não beneficia o consumidor final. Se não traz benefício ao País, tão pouco, à indústria nacional, a que interesses atende essa mudança? (...) Falar que se deve manter o monopólio da União e que se pretende com essa proposta flexibilizar o exercício desse monopólio, retirando o monopólio estatal, não passa de mais uma grande falácia. É evidente que, na medida em que se eliminam as possibilidades da manutenção do monopólio estatal, retirando a escala e o mercado integrado da PETROBRAS, constrói-se efetivamente um processo lento de privatização e de seu desmantelamento. (...) O Governo nos propõe abandonar esse modelo por uma aventura, por uma matriz de petróleo inexistente, por mecanismos de controle também inexistentes, por uma idéia de resultados supostamente melhorados,

o que todos os dados e a realidade nacional e internacional desmentem. Mais do que uma aventura portanto, é uma irresponsabilidade para com a Nação. (...) (29/04/1995 – 3ª parte)

Duas importantes motivações que poderiam justificar a concordância com a proposta de transferência do monopólio público para as mãos da iniciativa privada, não encontram sustentação, de acordo com o deputado Rosseto. Primeiro, porque o consumidor final não pagaria menos pelo produto derivado do petróleo, e em segundo lugar, a indústria nacional também não se beneficiaria, pois não haveria nenhuma garantia de investimento do capital estrangeiro aqui. E em caso de haver este investimento, o deputado lança dúvida se ele proporcionaria alguma vantagem à burguesia nacional, talvez até sua situação sofresse um revés. Para reforçar seu ponto de vista, o parlamentar do PT trouxe como exemplo os casos do México e da Argentina, que abriram suas fronteiras econômicas e privatizaram suas estatais, processo este que não resultou em ganhos para o conjunto de sua população. Nos dizeres do próprio deputado, “o México escreveu uma das páginas mais humilhantes do neo-colonialismo: após entregar todo seu patrimônio acabou por entregar sua própria soberania ao tesouro americano”. Na parte final de sua manifestação o representante do PT, conclama seus pares a refletir sobre a possibilidade da nação trilhar um outro caminho, oposto à “pregação neoliberal” de Fernando Henrique:

(...) Isto nos propõe o Governo sob o rótulo de modernidade. A isto estamos dispostos a nos opor com todas as forças de nossa consciência. Queremos convidar os Srs. Parlamentares e a sociedade brasileira para um caminho diverso, um caminho que garanta e aprofunde nossa soberania, que aperfeiçoe a forma de gestão das empresas públicas, colocando-as efetivamente sob controle público, que lhes dê transparência e eficiência, com instrumentos como o contrato de gestão, que comprometa seus diretores com metas e objetivos, que as transforme em instrumentos da construção de um projeto de Nação soberana e justa. O que vamos definir é grave e decisivo para o futuro de todos nós. Não decidiremos, tenho certeza, com base em chantagens desqualificadas. Seremos generosos com nossa perspectiva de futuro e, através dos nossos votos, reafirmaremos o nosso inalienável compromisso com o País. (...)

Quero concluir, Sr. Presidente, dizendo que o dispositivo que assegurou, no texto constitucional, o exercício do monopólio do petróleo, foi conquistado com mais de 97% dos votos dos Deputados Constituintes, em 1988. Portanto, 97% dos Deputados Constituintes, em 1988, optaram pela manutenção do monopólio estatal do petróleo.

O que mudou nesses últimos oito anos? A nosso ver, nada, nenhum elemento. Ao contrário, todas as mudanças do centro nacional e internacional nos fazem crer não só na justiça e na sabedoria daquela decisão de então, mas sinalizam no sentido da necessidade, imperiosa da manutenção do texto constitucional. Quero dizer que lutaremos, resgataremos todo o simbolismo, toda a energia, toda a crença que o lema “O petróleo é nosso” simbolizou para uma geração de milhões e milhões de brasileiros. Esse é o compromisso do nosso partido, e é o que faremos. (29/04/1995 – 4ª parte)

Segundo Miguel Rosseto, o que o Governo estava propondo não passava de uma “aventura”, na medida em que o modelo em vigor não servia mais, mas não era dito exatamente o que seria colocado no seu lugar. A troca se daria em nome de, supostamente, “resultados melhores” do que até então obtinha-se. Em contrapartida o representante petista apresentava a sua (e/ou do seu partido) contra-proposta: aperfeiçoar a gestão das empresas estatais, através da transparência, eficiência e efetivo controle público. O centro desta alternativa apresentada por Rosseto vai ao encontro das demais proposições de seus colegas de bancada, em torno do assunto monopólios do Estado e privatizações, a qual deveria ser buscada uma outra forma de administrar as estatais e a coisa pública. Deve-se ressaltar que essa não era uma postura apenas dos petistas, ela era convergente com a opinião dos membros dos demais partidos de oposição. Havia concordância entre eles que deveria ser introduzida alguma reformulação na atuação do Estado, mas nada extremado que levasse a aceitar a quebra dos monopólios estatais ou as privatizações, muito menos nos moldes proposto pelo Governo Fernando Henrique.

Essas afirmações encontram reforço nos dados apurados pelo IDESP, a partir de *survey* realizado em 1991 e reaplicado em 1995¹⁵¹. De acordo com as informações levantadas por este instituto, em 1991 havia uma minoria de parlamentares (30%) que defendiam o intervencionismo estatal, enquanto que a predisposição dos congressistas em concordar com alguma reformulação na atuação do Estado era majoritária (69%). Ao serem indagados sobre a *conveniência de o Estado restringir sua atuação às áreas clássicas* (segurança, educação e justiça), 46% dos parlamentares concordava plenamente com a proposição, 23% em termos e 30% discordava. Internamente ao PDT, 50% dos seus deputados eram totalmente contrários àquela assertiva, enquanto que no PT esse índice chegava a 87%.

Para o ano de 1995, as respostas a esta mesma indagação apresentaram uma pequena variação: 59% dos petistas não concordavam com aquela asserção, e entre os petistas o percentual de discordância atingia 81%. Ao tomar posse na Presidência da República, Fernando Henrique encontrou um ambiente legislativo, de maneira geral, bastante favorável a sua proposta reformista: 72% dos congressistas concordavam (total ou parcialmente) com a idéia de

¹⁵¹ Os resultados desta pesquisa do IDESP foram citados no artigo de autoria de Maria Hermínia Tavares de Almeida e Mauricio Moya, intitulado “A reforma negociada: o Congresso e a política de privatização”, publicado na **RBCS**, vol.12, n.34, jun./1997, pp. 119-132.

o Estado restringir sua atuação às áreas clássicas, enquanto que apenas 28% era de vozes discordantes.

Também no ano em que as reformas constitucionais foram encaminhadas pelo Poder Executivo (1995), o DIAP preocupou-se em ouvir a opinião dos deputados e senadores dos sete principais partidos políticos brasileiros sobre o referido tema. Os resultados referentes à Câmara dos Deputados estão reproduzidos no quadro a seguir.

Quadro 1

Opinião congressistas x revisão atuação do Estado por área, por partido
(Câmara dos Deputados - 1995)

Área: PETRÓLEO	Total (n)	PPR	PFL	PTB	PMDB	PSDB	PDT	PT
Manter Monopólio	31%	9%	7,5%	5%	23,5%	10%	73%	98%
Privatizar	4,5%	3%	16%	0	2,5%	4%	0	0
Solução Intermediária	55%	73%	72%	67%	59%	80,5%	15,5%	0
Área: TELECOMUNICAÇÕES	Total (n)	PPR	PFL	PTB	PMDB	PSDB	PDT	PT
Manter Monopólio	28%	6%	6%	15%	21%	8%	81%	95,5%
Privatizar	7%	9%	15%	11%	2,5%	10%	0	0
Solução Intermediária	58,5%	70%	78%	67%	61%	82,5%	15,5%	5%

Fonte: DIAP, Projeto – Mercado e Opinião Pública Ltda., 1995.

Os dados apresentados no Quadro 1 indicam que, em 1995 os principais partidos de esquerda (PT e PDT) eram amplamente favoráveis à manutenção do *status quo* na área petrolífera e nas telecomunicações. A privatização de qualquer um desses setores, nem sequer era cogitada pelos representantes desses partidos, mesma tendência encontrada quando das

manifestações desses parlamentares no espaço do Grande Expediente. Diferentemente da opinião desses parlamentares, os deputados da base governista eram majoritariamente a favor de uma solução intermediária, ou seja, nem queriam a privatização nem defendiam o monopólio estatal do petróleo e das “teles”.

Quadro 10 (continuação)

Opinião congressistas x revisão atuação do Estado por área, por partido
(Câmara dos Deputados - 1995)

Área: GÁS CANALI- ZADO	Total (n)	PPR	PFL	PTB	PMDB	PSDB	PDT	PT
Manter Monopólio	4,5%	0%	1,5%	0%	7%	2%	34,5%	63%
Privatizar	34,5%	51,5%	59%	48%	25%	39%	11,5%	0
Solução Intermedi- ária	45,5%	42,5%	37%	52%	56,5%	53%	46%	37,5%
Área: ENERGIA ELÉTRICA	Total (n)	PPR	PFL	PTB	PMDB	PSDB	PDT	PT
Manter sob controle estatal	9,5%	0	4,4%	3,5%	5%	2%	15,5%	30%
Privatizar	19%	27%	34%	29,5%	10,5%	27,5%	3,8%	0
Solução Intermedi- ária	64,5%	63,5%	56%	59%	76,5%	65%	73%	67,5%

Fonte: DIAP, Projeto – Mercado e Opinião Pública Ltda., 1995.

Comparando-se as respostas à revisão constitucional nas “teles” e na área petrolífera com os outros dois setores acima citados - gás canalizado e energia elétrica - constata-se uma variação nas opiniões dos parlamentares. Tanto os parlamentares do PT como do PDT já são mais propensos a acatar uma “solução intermediária” para o setor elétrico, embora rechacem a possibilidade de sua privatização. O gás canalizado dividia a opinião dos desses dois partidos

de esquerda: a maioria dos pedetistas concordavam com uma “solução intermediária” (46%), enquanto outros 34,5% preferiam que o monopólio estatal fosse mantido. Postura inversa encontrava-se entre os membros do PT: 63% desejavam a permanência do controle público e um grupo minoritário (37,5%) aceitava uma “solução intermediária”. A partir desses dados é possível inferir que as duas principais siglas das esquerdas, no tocante às áreas das telecomunicações e do petróleo, tinham muito mais resistência a uma eventual quebra dos seus monopólios estatais, do que nos setores energético e do gás canalizado, onde havia uma postura menos inflexível. Ou seja, para esses partidos o petróleo e as telecomunicações eram áreas inegociáveis, razão pela qual eles eram radicalmente contrários a perda do controle público sobre os dois ramos de atividade.

O caminho da “solução intermediária” representava o contraponto à opção fácil da entrega do patrimônio público, que segundo os deputados das esquerdas beneficiava a determinados interesses – dos grandes e do capital estrangeiro, assim como ajudava o Governo a “fazer caixa” para sustentar seu plano econômico – Real – e pagar os juros da dívida externa. O deputado Rosseto alertava em sua manifestação, anteriormente reproduzida, que o Brasil não estava sozinho, caso seguisse a via da privatização, outros países da América Latina já tinham adotado o “receituário neoliberal”, com prejuízos irreversíveis para o conjunto da sua população. É interessante observar que a cada manifestação dos membros das esquerdas, desde o início da 50^a legislatura, paulatinamente foi sendo definido o significado de “neoliberalismo” e porque Fernando Henrique foi rotulado de neoliberal. A cadeia de significados que foi construída por eles para este projeto tornou-o equivalente a: privatização, desmonte do Estado, entrega do patrimônio público e neocolonialismo.

Logo depois da Câmara dos Deputados ter aprovado a quebra dos monopólios do petróleo e das telecomunicações, alguns representantes das esquerdas subiram à tribuna, no mês de junho de 1995, para fazer um balanço sobre o fim desses monopólios estatais. A fala mais emblemática teve como porta-voz o deputado comunista, Agnelo Queiroz. Eis o seu pronunciamento no dia 24 de junho.

Sr. Presidente, Sr e Srs. Deputados, a aprovação da emenda que quebra o monopólio do petróleo teve um sabor particularmente amargo para os patriotas brasileiros. Em contrapartida, os neoliberais tupiniquins comemoraram a vitória em uma etapa decisiva para a implementação de seu projeto, alterando em profundidade o capítulo sobre a Ordem Econômica da Constituição Federal, desfigurando-a e tornando-a irreconhecível.

O comandante dessa ofensiva neoliberal, o Presidente Fernando Henrique Cardoso, não mediu esforços para assegurar essa vitória. Usou de todos os meios ao seu alcance, da coação à troca de cargos por votos, no melhor estilo fisiológico; da anistia de dívidas a informações falsas; (...) empregou sem parcimônia todo o arsenal a seu dispor.

O surpreendente, no episódio, é a rendição deste Congresso. O mesmo Congresso que resistiu valorosamente às primeiras tentativas de neoliberalizar o Brasil, que votou o impeachment de Collor, que impediu a consumação, no essencial, da Revisão Constitucional passada, agora dobrou os joelhos diante do Executivo. Esse é um fato novo, que precisamos entender em toda a sua essência.

Considerando a composição de classe desta Casa, o significado dessa capitulação se torna claro. E a capitulação da burguesia brasileira de ter um projeto próprio, tornando-se caudatária do projeto do imperialismo. Dessa forma, os seus representantes alinharam-se com as propostas neoliberais, que representam as necessidades desses capitais imperialistas, e arrastaram consigo até mesmo um certo número de Parlamentares de passado e bases progressistas, desorientados ou assustados com a fanfarra da direita. (24/06/1995 – 1ª parte)

A fala do deputado do PCdoB é marcada pela dicotomia e ela pode ser identificada em três níveis: a) ganhadores x perdedores com as reformas constitucionais; b) neoliberais “tupiniquins” x patriotas, c) Fernando Henrique, associado à direita x oposições de esquerda. Dois aspectos chamam a atenção nessa manifestação de Agnelo Queiroz, a conduta do presidente da República e o papel desempenhado pelo Congresso Nacional frente às reformas. Na opinião do deputado, o presidente Fernando Henrique usou de todos os recursos políticos ao seu alcance para conseguir angariar junto a sua base aliada, os votos necessários a favor do seu projeto reformista. Reforçando o revés sofrido pelas esquerdas, o representante do PCdoB ainda destacou a colaboração do Parlamento para que o Governo lograsse sucesso. O mesmo Congresso que no ano de 1993, posicionara-se contrário a qualquer alteração na Constituição Federal, passados dois anos, mudara de posição e atacava a sua essência, ou seja, o nacionalismo. Dando continuidade a sua manifestação, assim pronunciou-se o parlamentar:

Será essa vitória segura, um fenômeno estável, que veio para ficar? Essa é uma questão premente para os setores populares. E entendemos que a resposta negativa se impõe. O neoliberalismo não oferece solução, a médio e longo prazo, para os problemas estruturais de nossa economia ou do capitalismo como um todo, e será inevitavelmente asfixiado por suas próprias contradições. (...)

(...) Obviamente não pode ser generalizada a assertiva de que todos os Parlamentares votaram em troca de cargos, porque há muitos Parlamentares neste Congresso e eu ressalvei no meu pronunciamento — que votaram por causa desse senso comum criado na sociedade, essa voz uníssona de toda imprensa, sem voz discordante. V. Ex não conseguiu ver um Parlamentar, ou um defensor de uma postura contra as reformas neoliberais, participando, por exemplo, do programa “Bom dia Brasil” em todo esse período. Então, não teve voz discordante. Vários Parlamentares, acredito até que de boa-fé, votaram acreditando que na nossa lei ordinária — pois não passou a lei complementar — possamos ter aqui novos tipos de controle e de proteção do Estado

brasileiro e das nossas empresas. E a intenção de vários Deputados da Casa, na qual acredito. Mas é inegável que aconteceu essa troca de favores, e os jornais estamparam o fato, com depoimentos claros, com quem o Governo estava compondo a mesa, quem negociava, quem trazia os cargos etc. Aliás, isso ocorreu talvez numa esfera superior, em nível de lideranças. Mas vários Parlamentares — não todos — foram por esse caminho. (...)

Gostaria inclusive que tivessem antecedido à reforma da Ordem Econômica, as reformas tributária, educacional, a discussão de uma política agrícola para este País, um projeto de desenvolvimento autônomo, de geração de empregos, de fortalecimento da nossa economia, pois tenho certeza de que este Congresso se somaria a esse esforço. (24/6/1995 – 2ª parte)

Dois aspectos chamam a atenção neste fragmento discursivo do deputado do PCdoB: a) o papel da imprensa frente às reformas, e b) o comportamento do Poder Executivo na condução das suas proposições reformistas. Quanto ao primeiro item, o parlamentar questionou a diferença de tratamento dado pelos veículos de comunicação, sintetizado no programa “Bom Dia Brasil”, àqueles favoráveis às reformas e os contrários a ela. Estes últimos não tiveram o menor espaço na mídia para manifestar as suas posições, enquanto que os primeiros – pró-reforma - sempre tiveram na imprensa uma aliada de suas idéias. Sendo assim, o Governo Federal além de ter encontrado um ambiente legislativo favorável às reformas, tanto do ponto de vista do tamanho da sua base parlamentar de apoio, como das opiniões predominantes no início da 50ª legislatura, também contou com a mídia para repercutir positivamente o teor do seu projeto reformista. O deputado Agnelo direcionou sua crítica para o cenário de unanimidade que foi construído em torno das propostas de reforma, e isto só foi possível em detrimento do embate entre as vozes consoantes e dissonantes. Ao não oportunizar o debate e a discussão em torno dessas idéias – pró e anti-reformas - foi perdida a chance dos dois grupos políticos consensuarem em torno de pontos comuns mínimos.

Entretanto, ao mesmo tempo que o representante do PCdoB responsabilizou a imprensa por criar um consenso e servir de canal para que apenas um dos lados difundisse suas idéias, ele recorreu ao jornalismo impresso para reforçar sua crítica ao comportamento do presidente da República. Agnelo Queiroz acusou-o de lançar mão da tática do “toma-lá-dá-cá”, conforme foi noticiado pelos jornais. De acordo com esta fonte, para obter a aprovação de suas medidas reformistas, o Poder Executivo distribuiu cargos aos partidos da sua base aliada, em contrapartida esses parlamentares votaram a favor das suas proposições. Além deste grupo de congressistas que “negociou pelo alto”, isto é, através de seus líderes partidários, também

existiu aqueles membros que apoiaram as propostas governistas por convicção. Ou seja, apostando em uma nova formatação do Estado brasileiro.

Ao abordar a relação Executivo x Legislativo, o deputado Agnelo tocou em um problema institucional muito importante da conjuntura política do período correspondente ao primeiro mandato presidencial de Fernando Henrique Cardoso. Estudos recentes realizados pelos cientistas políticos brasileiros apontam ora no caminho da preponderância do Poder Executivo sobre o Congresso Nacional, ora essa supremacia é relativizada. No primeiro grupo destacam-se os pesquisadores Figueiredo e Limongi (1999)¹⁵², que no momento específico das reformas constitucionais confirmaram este padrão de relacionamento entre os dois Poderes, nas suas palavras, “o Executivo é capaz de ditar o conteúdo, o tempo e o ritmo dos trabalhos no Congresso”. Entre os estudiosos que relativizam este predomínio estão Almeida e Moya (1997, p.130), que ao analisarem as privatizações das estatais concluíram que o “Executivo foi o responsável pela concepção do modelo de privatização, bem como pela iniciativa de levá-lo à prática, mas é certo também que o Congresso influenciou no desenho da fisionomia que veio a assumir”.

Na continuação de sua fala, Agnelo Queiroz retoma a questão do neoliberalismo como o pano de fundo das reformas constitucionais e relaciona-o ao contexto internacional e suas consequências para a conjuntura brasileira. Eis o final da sua manifestação:

(...)No Brasil, o neoliberalismo também conseguiu deter o crescimento do processo inflacionário, um mal que vinha se tornando crônico; e com isso ganhou respaldo para continuar a implementação de seu projeto. Mas, não bastassem avisos fúnebres do que aconteceu como México, os sinais de perigo vindos da Argentina e de outros países que seguiram os mesmos passos daqueles, há sinais de que a economia brasileira, capitaneada pelos neoliberais, marcha rumo a um estrangulamento.

O Plano Real foi concebido como vanguarda de uma proposta cujo carro-chefe é a atração do capital estrangeiro para o Brasil, em doses maciças. Peças-chaves dessa estratégia são a âncora cambial, os juros altos e a liberalização das importações, medidas cuidadosamente calculadas para remunerar, de forma atrativa, o capital especulativo. (...) Esses juros são fundamentais para a continuidade do Plano Real. Essa é, também, a razão da ânsia em privatizar o patrimônio público brasileiro e enxugar as suas riquezas minerais, energéticas e de biodiversidade. Trata-se de oferecer o filé da economia, para atrair esses capitais especulativos, encher-lhes a boca de água com a oferta de ativos como o da Petrobrás e, da Telebrás (...)

O custo social e econômico dessa política começa a ficar evidente. Segundo a Gazeta Mercantil, da edição do Plano Real até abril, os salários perderam 30% do seu valor. O desemprego e o subemprego na economia informal cresceram 8,6%. A indústria vai se

¹⁵² Os autores FIGUEIREDO e LIMONGI abordaram as relações entre Executivo x Legislativo em diversos artigos publicados entre os anos de 1995 e 1998.

descapitalizando, (...). A classe média submerge em dívidas com cheques especiais, cartões de crédito, financeiras e agiotas, na vã tentativa de manter anis padrões. O comércio fica às moscas e a inadimplência nas compras a crédito cresce desmensuradamente. Esses são fatos denunciados cotidianamente nos órgãos de imprensa.

(...) Com o maior cinismo, FHC ainda tenta posar de socialdemocrata, dizer-se de esquerda, renega o título de neoliberal e direitista. Mentira! E o comandante em Chefe dos neoliberais, que toca a todo o vapor os seus projetos. E de direita, sim! A sua aliança com o PFL, anunciada à época como mera tática eleitoral, revelou-se uma aliança estratégica de forças de direita com o mesmo projeto, da velha direita carcomida, como diz ele, com a nova direita formada por renegados do campo democrático. (...) Com esses ataques, à democracia, sob o pretexto de modernidade, em nossa opinião o neoliberal e direitista Fernando Henrique Cardoso começa a mostrar colorações fascistas. (...) Era o que tinha a dizer. (24/06/1995 – 3ª parte)

O deputado Agnello ressalta a condição hegemônica do neoliberalismo, corrente ideológica que se implantou não só na América Latina, como no continente europeu e até mesmo na antiga União Soviética e seus países satélites. O Brasil foi precedido por outras nações latino-americanas na adoção dos preceitos neoliberais, essas medidas detiveram um problema crônico comum a todas elas: a inflação. Segundo o parlamentar do PCdoB, esse saldo positivo respaldou o receituário neoliberal e permitiu sua expansão por vários países. Entretanto, este projeto consistia em uma via de mão dupla, pois também trazia consigo consequências nefastas, como por exemplo o alto custo social e econômico e entre eles destacam-se o desemprego e o achatamento salarial. No caso brasileiro, o deputado Agnello estabeleceu uma relação direta entre neoliberalismo e Plano Real. Ou dito de outra forma, este último é a faceta concreta do primeiro. Para dar sustentação ao seu plano econômico, o presidente Fernando Henrique precisava atrair capital estrangeiro, daí a necessidade de abrir as fronteiras econômicas do Brasil e privatizar as empresas estatais, tendo na PETROBRAS e na TELEBRAS fortes atrativos.

No encerramento da sua manifestação, o parlamentar concentrou-se em criticar a figura do presidente, rotulando-o de “neoliberal”, “direitista” e “anti-democrático”, qualificações similares a que outros membros das esquerdas seguidamente lhe atribuíam. O objetivo em desconstruir a imagem do presidente não se restringe apenas em desqualificar um adversário político, mas sua relevância encontra resposta no seu passado. Fernando Henrique e a maioria daqueles que estavam fazendo oposição ao seu Governo, tinham pontos em comum: foram vítimas da ditadura militar e desempenharam um papel importante na redemocratização do

país. Isto é, tinham uma mesma raiz ideológica – democrática, progressista e de esquerda. O esses partidos desejavam mostrar era que, não foi a esquerda que ficou ultrapassada e se transformou em anacrônica, mas foi Fernando Henrique que renegou o seu passado ao ascender ao poder. Portanto, ele não pode simbolizar a “modernidade”, porque ao se aliar com a “nova direita” ele se converteu em um conservador, ideário que outrora ele combatia.

O neoliberalismo foi um conceito bastante freqüente nas manifestações dos membros das oposições e a ele já foi atribuído uma extensa rede de significados, tais como, privatização, desmonte do Estado, entrega do patrimônio público, entreguismo, nova direita e neocolonialismo. Ao abordar a privatização da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), o deputado Aldo Arantes atribuiu ao projeto neoliberal a responsabilidade da “Vale” passar para as mãos do capital privado. Antes de reproduzir a sua fala, faz-se necessário resgatar a conjuntura da época da sua privatização.

O Programa Nacional de Desestatização (PND) foi instituído por Collor de Mello em 1990, e desde a sua criação, mais de uma dezena de estatais foram privatizadas. Em meados de 1995, o Governo Fernando Henrique elaborou e apresentou ao Poder Legislativo um projeto de lei (PL) propondo a privatização de algumas estatais, entre elas a Cia. Vale do Rio Doce. Depois de alguns meses tramitando nas duas Casas legislativas, em janeiro de 1996, o Senado Federal aprovou a sua venda. Com previsão inicial de ocorrer em janeiro ou fevereiro de 1997, a realização do leilão ficou definido para o dia 29 de abril, na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. Porém, setores sociais se mobilizaram, entre eles a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), e ingressaram com medidas judiciais, obtendo liminares que impediam a realização do leilão neste dia. Ao todo a Justiça Federal concedeu 11 liminares, em vários Estados, entre eles São Paulo e Rio de Janeiro, barrando a venda da Vale do Rio Doce.¹⁵³ O Governo Federal teve que arregimentar sua equipe de advogados da Advocacia-Geral da União para agir com rapidez e derrubar cada liminar que surgia.

Além da disputa judicial, o Governo teve que enfrentar outra batalha: as manifestações populares. Elas ocorreram nas ruas centrais do Rio de Janeiro, em frente ao prédio da Bolsa de Valores, capitaneadas pela CUT e pelo MST, e no interior do Pará, pelos garimpeiros de

¹⁵³ Além de Barbosa Lima Sobrinho, pela ABI, também obtiveram liminares judiciais, o deputado do PDT/RJ, Miro Teixeira e a estudante Luciana dos Santos. Fonte: jornal *Folha de São Paulo*, 30/04/1997.

Carajás, temerosos pelo seu futuro pós-privatização.¹⁵⁴ Em função das liminares judiciais a União teve que transferir o leilão por duas vezes: primeiramente foi adiado para o dia 3 de maio, e posteriormente, remarcado para o dia 6 de maio, quando efetivamente aconteceu. A Companhia Vale do Rio Doce foi arrematada por R\$ 16,6 bilhões pelo empresário David Streinbruch, com um ágio de quase 20%. Apesar de concretizada a venda da estatal, ela teve desdobramentos na esfera do Judiciário e no âmbito do Legislativo, onde o então líder do bloco das oposições, senador José Eduardo Dutra, apresentou requerimento para criação da “CPI da Vale”, mas esta não vingou.

Como já foi destacado anteriormente, a privatização desta estatal levou à tribuna vários deputados das oposições, entre os pronunciamentos mais expressivos destacam-se aqueles proferidos pelos representantes do PCdoB, Socorro Gomes e Aldo Arantes. Pela relevância do seu conteúdo será reproduzida a manifestação deste último parlamentar, ocorrida no período da convocação extraordinária do Congresso Nacional, na sessão do dia 31 de dezembro de 1996. Nesse pronunciamento o deputado Aldo ressalta que desde a sua fundação, em janeiro de 1943, a Cia. Vale do Rio Doce tornou-se a maior exportadora de minério de ferro do mundo, formou um conglomerado de 40 empresas, seu desempenho a colocava em padrões internacionais e sua importância para a economia brasileira era incontestável. Eis o teor da sua fala:

Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, o Governo Fernando Henrique Cardoso coloca em prática no Brasil o modelo neoliberal, tendo como uma de suas pilastras no plano econômico de privatização das empresas públicas. (...) Seguindo esta orientação, o Governo Federal procura acelerar esta política,... Inclui na pauta, a privatização da Companhia Vale do Rio Doce. A privatização da Companhia Vale do Rio Doce, anteriormente prevista para janeiro de 1997, foi adiada para fevereiro. A verdade é que surge um forte movimento contrário à entrega não apenas da Vale do Rio Doce, mas, sobretudo do controle das riquezas minerais estratégicas, já conhecidas ou não, encontradas no subsolo brasileiro. Evidentemente, é um absurdo, é uma irracionalidade privatizar não só a empresa, mas também as jazidas, inclusive as não conhecidas.

Pergunta-se, Sr. Presidente: privatizar a Vale por quê? Por que essa urgência? Na verdade, o que existe é a política entreguista do Governo em repassar para o capital privado todas as empresas nacionais, sobretudo as estratégicas e rentáveis. O argumento anteriormente usado, de que as empresas públicas são deficitárias, não se aplica à Vale, como também não se aplica a várias outras empresas estatais, estas, sim, alvos da cobiça no processo de privatização. No fundo, o Governo quer dar satisfação ao Banco Mundial, ao FMI e aos grandes países capitalistas.

(...)A Vale forma um conglomerado de quarenta empresas nas áreas de minério de ferro e pelota, alumínio, cobre, bauxita, ouro, madeira e celulose, siderurgia, transporte ferroviário e marítimo, entre outras atividades. Essa empresa possui um patrimônio avaliado em 16 bilhões de dólares. Só para se ter uma idéia, a Cia Vale do Rio Doce

¹⁵⁴ Carajás abriga uma das mais importantes jazidas de minério pertencentes à Cia. Vale do Rio Doce.

faturou, em 1994, 4,1 bilhões de dólares, o que equivale a dizer que é uma empresa não só rentável, mas altamente rentável. (...) (31/12/1996 – 1ª parte)

Esta manifestação de Aldo Arantes precedeu à realização da venda da Companhia Vale do Rio Doce, que só foi acontecer no mês de maio de 1997, depois de sucessivos adiamentos, conforme o próprio deputado destacou. Este dado traduz a dificuldade encontrada pelo Poder Executivo em levar adiante o seu programa de desestatização, especialmente em algumas áreas, ora encontrando resistência no Parlamento, não só dos partidos oposicionistas, como internamente a sua base de sustentação, ora enfrentando as manifestações da sociedade civil organizada, como por exemplo, sindicatos de trabalhadores, movimentos sociais e centrais sindicais. Este consistiu no grupo de atores políticos anti-flexibilização e anti-privatização, cuja argumentação essencial era a defesa do Estado brasileiro e da soberania nacional. Por outro lado, o parlamentar preocupou-se em desconstruir um dos principais argumentos governamentais para privatizar as estatais, sua situação deficitária.

Ele recorreu ao histórico da “Vale” onde, em 53 anos de existência, ela tornou-se a maior exportadora mundial de minério de ferro, cujo faturamento, em 1994, atingia a cifra de US\$ 4 bilhões. De acordo com o representante do PCdoB aí residia a real justificativa para privatizá-la: seu patrimônio e sua rentabilidade tornavam-a altamente atrativas à iniciativa privada. Relembrando as manifestações dos membros das oposições em defesa de uma outra importante estatal, a PETROBRAS, constata-se a recorrência dos argumentos e contra-argumentos frente às privatizações e à flexibilização dos monopólios.

Na continuação de sua fala, Aldo Arantes critica o Governo Federal pela falta de transparência no processo de privatização da Cia. Vale do Rio Doce, a entrega do patrimônio público ao capital privado e a perda que representava para o país a sua venda.

(...) Mas o Presidente Fernando Henrique Cardoso não quer polêmica sobre essa questão, manobra e pressiona para ganhar tempo e conquistar apoio e orquestra, juntamente com a mídia, uma campanha bem planejada para desacreditar a empresa. No entanto, membros do próprio Governo reconhecem que a Vale é rentável, não dá prejuízo, mas que poderia dar mais lucro e, portanto, é necessário sua privatização. Tal reconhecimento entra em flagrante contradição com a propaganda governamental de que empresa pública são ineficientes e deficitárias.

O que ocorre é que as grandes companhias multinacionais estão de olho nas riquezas do subsolo brasileiro e, para ajudar as multinacionais e os grandes capitalistas brasileiros, o Governo abriu na venda mil documentos da empresa, para que as multinacionais possam radiografar tudo e, a partir daí, avaliar melhor o que interessa nesse processo de privatização. (...) A privatização da Vale do Rio Doce representa, portanto, um sério

golpe na soberania do nosso País. Tanto assim que cresce com rapidez um movimento de protesto contra esta medida pretendida pelo Governo Federal. O que se quer é deixar o filé mignon para o capital particular e o osso para o Estado. (...)

No caso das empresas públicas, Sr. Presidente, é importante que se diga que é um argumento falacioso querer dizer que os setores progressistas são contra as privatizações. Quero dizer que somos contra as privatizações dos setores estratégicos da economia. E mais, é necessário deixar claro que o processo de estatização nas condições concretas do Brasil foi conduzido pelos setores conservadores que estatizaram empresas falidas para garantir altos lucros de empresários incompetentes. O que defendemos é a desprivatização do Estado. O que defendemos exatamente são as empresas estatais estratégicas, rentáveis, mantidas para assegurar as condições do País de estabelecer uma política econômica segundo seus interesses. (...) (31/12/1996 – 2ª parte)

Foi uma característica das oposições atuar em duas “trincheiras”, por exemplo, fazer contundentes pronunciamentos da tribuna, de um lado, e de outro, apresentar proposições com o intuito de fiscalizar os atos do Executivo. O deputado Aldo Arantes é um típico exemplo desta atuação em duas frentes: ele foi o autor desta forte manifestação, bem como lançou mão de um recurso legislativo denominado requerimento de informação (RIC), com vistas a obter esclarecimentos sobre o processo de venda da empresa Vale do Rio Doce. Entretanto, ele não teve suas expectativas correspondidas, pois o Governo dava “respostas truncadas, dados quebrados e informações compartilhadas, para dificultar qualquer entendimento dos critérios, normas e dados referentes às informações solicitadas”. Essa falta de transparência da parte do Governo contrastava com o amplo acesso aos dados que foi franqueado às empresas interessadas na compra da estatal.

Outro importante aspecto abordado na sua fala pelo representante do PCdoB, foi sobre a oscilação no papel do Estado. No passado recente houve uma vigorosa defesa pela intervenção do Estado, seu resultado foi a promoção da estatização de empresas, visando a preservação do lucro de empresários que haviam falido. Os autores deste processo, denominados por Aldo Arantes de “conservadores”, são os mesmos que depois passaram a defender as privatizações. Ou seja, os processos estatizante e privatizante foram realizados pelo mesmo grupo – “conservadores”- e sua oscilação temporal se deu conforme os interesses econômicos em jogo, em ambos os casos, privilegiando o interesse do capital privado em detrimento do público. O elo comum em ambos os períodos foi a transformação do interesse privado em interesse do Estado.

Ao dar este enfoque, o representante das esquerdas estava desconstruindo a imagem de “progressista” atribuída pelo presidente Fernando Henrique àqueles favoráveis às emendas reformistas. Sendo assim, os significados “moderno” e “progressista” pertencem àqueles que defendem o *status quo* e não o contrário. O deputado Aldo reafirma a sua posição de contrariedade à entrega das estatais, especialmente a Cia. Vale do Rio Doce, tendo como motivação uma questão política, isto é, elas eram estratégicas para o desenvolvimento do país. Assim como a lucratividade dela, e de outras estatais, é que tornariam possível promover investimentos sociais. Ambas as justificativas apresentadas se sobrepõem ao entreguismo promovido pelos “neoconservadores”. Na parte final da sua fala, Aldo Arantes vai nomear quem são os aliados na defesa do anti-reformismo.

Não desejamos uma modernidade que implique na manutenção de estruturas econômicas carcomidas, mas uma modernidade que incorpore ao desenvolvimento do País os avanços científicos e tecnológicos que estão em curso no mundo, mas mantendo a nossa identidade, os nossos interesses, porque hoje os chamados “Tigres Asiáticos” não adotam o projeto neoliberal, não adotam esta política monetarista e irresponsável da paz nos cemitérios, que consegue o equilíbrio financeiro às custas de estrangular a economia do País, à custa de um desemprego monumental, da crise na indústria, no comércio e na agricultura, e à custa da venda do patrimônio público. É por isso que cresce a resistência de alguns setores da sociedade brasileira contra essas privatizações irresponsáveis. Nesse sentido, têm-se manifestado o PCdoB, o PT, o PDT, o PSB e setores do PMDB e do PSDB. Da mesma forma, o ex-Presidente Itamar Franco, o ex-Vice-Presidente Aureliano Chaves, o Governador Miguel Arraes, o ex-Governador Leonel Brizola, Lula, (...) a CNBB, a OAB, a UNE, a UBES, a CUT, enfim, vários setores da sociedade brasileira, que vêm mobilizando contra esta política. (...)

Encerro meu pronunciamento dizendo que as privatizações, da forma apresentada pelo Governo, não interessam a um processo efetivo de integração do País num novo estágio de desenvolvimento da sociedade no âmbito mundial. O processo de privatização está levando à venda, a preço de banana, empresas estatais estratégicas, como a Vale do Rio Doce. Fala-se da privatização da Petrobrás, fala-se da privatização do Banco do Brasil. Na verdade, Sr. Presidente, isso é retirar das mãos do Estado brasileiro poderosas alavancas para definir uma política econômica que atenda aos nossos interesses. Reafirmo: não é a minha posição colocar-me contra todo e qualquer tipo de privatização, mas somos firmemente contra a privatização de empresas estratégicas de grande relevância para a economia brasileira, como são a Vale do Rio Doce, a Petrobrás e o setor de telecomunicações. Era o que tinha a dizer. (31/12/1996 – 3ª parte).

Três aspectos, entrelaçados entre si, chamam a atenção no encerramento da manifestação do deputado do PCdoB: a) as conseqüências negativas do receituário neoliberal, b) a existência de um caminho alternativo a este projeto, e c) os opositores ao neoliberalismo. O principal objetivo das medidas neoliberais, independente de onde elas fossem aplicadas, era atingir o equilíbrio financeiro. Aldo Arantes destacou que quando isto é obtido, produz um custo bastante alto, por exemplo, desemprego elevado, venda do patrimônio estatal e recessão

econômica, levando à crise os setores produtivos. São essas conseqüências nefastas que servem de justificativas para as oposições serem contra a sua implementação. Entretanto, esses partidos não estavam sozinhos na sua luta, figuras de expressão nacional, tais como Itamar Franco, Miguel Arraes, Aureliano Chaves e Brizola, além de setores do PMDB e do próprio partido do presidente da República, também organizações sociais estavam ao seu lado. A importância em nomear seus aliados cumpria dois objetivos, primeiro, a diversidade no perfil político dessas figuras representava que a causa anti-reformas era marcada pela pluralidade, pois personalidades tanto do centro como da direita também se manifestaram contrárias a elas.

Esta diversidade no espectro político dos aliados remete ao segundo ponto, ele permite desfazer o rótulo de radical e sectário atribuído às esquerdas, na medida em que elas se opunham às reformas constitucionais. Para reforçar que a marca do radicalismo não se aplica às esquerdas, o representante do PCdoB admite em sua fala que não são contra as privatizações em geral, apenas naqueles setores considerados estratégicos para o desenvolvimento do país, tais como, siderurgia, petróleo e telecomunicações. Esta postura abre espaço para que o diálogo com o Governo sobre outras privatizações venha a acontecer, desde que ele assim o quisesse.

5 'A Guisa de Conclusão

Este artigo teve por objetivo analisar os pronunciamentos dos deputados das esquerdas em torno da reforma do Estado, especificamente a quebra dos monopólios estatais e as privatizações das empresas públicas. A partir da proposta apresentada pelo Governo Fernando Henrique, e a conseqüente reação dos partidos de esquerda, constatou-se que dois projetos políticos, com visões diametralmente opostas sobre o tema, degladiavam-se. De um lado, estavam os governistas com suas bandeiras reformistas e anti-estatistas, e de outro lado, localizavam-se as esquerdas, anti-reformistas e pró-Estado. As manifestações discursivas deste pólo ideológico estavam permeadas pela lógica do antagonismo, onde a manutenção do *status quo* inviabilizava as medidas liberalizantes e voltadas para o mercado, e o vice-versa também se dava. Ou seja, a defesa das propostas pró-mercado comprometia os pilares do modelo interventor de Estado. Sendo assim, os dois projetos políticos não tinham a menor possibilidade de convivência ou de chegarem a um denominador comum. Apesar dessa acirrada luta política, um dos lados – governista - conseguiu tornar seu projeto hegemônico, não sem antes fazer algumas concessões.

O primeiro embate entre os dois blocos ideológicos deu-se em torno do papel do Estado. A base governista defendendo o antigo preceito liberal de “menos Estado e mais mercado”, enquanto que os partidos de esquerda manifestavam-se contrários à idéia do Estado mínimo. Esses deputados partiam do pressuposto que a atuação estatal era uma alavanca fundamental para o desenvolvimento econômico e a promoção de justiça social, daí a necessidade da manutenção do *status quo*. Em contrapartida, o presidente Fernando Henrique e seus aliados tinham como premissa o esgotamento do intervencionismo estatal, razão pela qual ele decretou o “fim da Era Vargas”.

Quanto ao tamanho do Estado, especificamente a redução da sua atuação, o Poder Executivo alardeava que esta era uma tendência mundial. O Brasil ao segui-la, apenas inseria-se na conjuntura internacional e se cadastrava a atingir o mesmo patamar da modernidade, tal como os países europeus. Novamente os partidos de oposição lançam mão de dados empíricos para desconstruir esse argumento. Seus representantes mostram da tribuna que os países mais desenvolvidos, entre eles, Alemanha, França, Japão, são nações com alta participação do Estado no seus respectivos PIB. Em contrapartida, países subdesenvolvidos da África e da América Latina, possuem baixa participação do Estado. Dessa forma os deputados de esquerda atingem duplamente as razões levantadas pelos governistas, demonstrando que o Estado mínimo não é um padrão mundialmente seguido. E por outro lado, também serve para reforçar sua bandeira da importância do aparato estatal na promoção do desenvolvimento de uma nação.

Ao fazer a defesa de um projeto de país desenvolvido e com soberania, na medida em que não entrega suas riquezas naturais nem seu patrimônio, simultaneamente, as esquerdas rotulam o Governo Fernando Henrique de entreguista, anti-nacionalista e submisso aos interesses internacionais. Em outras palavras, um Governo neoliberal. Ao neoliberalismo foi atribuído, pelos partidos de esquerda, uma extensa cadeia de significações, entre eles, um projeto que visa estrangular a economia, ampliar o desemprego, gera crise nos setores produtivos; pratica uma política monetarista e privatista.

Em vista do jogo da construção e desconstrução de significados em torno da problemática da reforma do Estado, o bloco das esquerdas deixa claro seu posicionamento: seus representantes até cogitam reformá-lo, mas em uma direção diametralmente oposta daquela apregoada pelo Governo Fernando Henrique. Na visão desses partidos o Estado deve ser

desprivatizado e colocado efetivamente sob controle público e as estatais administradas de forma transparente, aperfeiçoando as técnicas de gestão pública, como por exemplo, adotando o contrato de gestão e estabelecendo metas a serem atingidas, entre elas a eficiência.

REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, Sérgio H. de. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p. 5-32, 1988.
- ALMEIDA, Maria Hermínia T.; MOYA, Maurício. A reforma negociada: o Congresso e a política de privatização. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 12, n. 34, p. 119-132, jun. 1997.
- BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: Ed. UNESP, 1995.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Regimento interno da Câmara dos Deputados**. Brasília: Gráfica do Senado, 1997.
- CÉSAR, Benedito Tadeu. Verso, reverso, transverso: o PT e a democracia no Brasil In: BAQUERO, M. (Org.) **A lógica do processo eleitoral em tempos modernos**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1997. p. 75–106.
- COUTO, Claudio Gonçalves. El PT enfrentando al desafío de gobernar: consideraciones a partir de la experiencia de San Pablo. In: MALLO, Susana; MOREIRA, Constanza (Org.) **La larga espera: itinerarios de las izquierdas en Argentina, Brasil y Uruguay**. Montevideu: Banda Oriental, 2001. p. 61-84.
- DEPUTADOS brasileiros: repertório biográfico: 50^a legislatura (1995-1999), 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1997. 2 v.
- DINIZ, Eli. **Crise, reforma do estado e governabilidade: Brasil, 1985-95**. Rio de Janeiro: FGV, 1997.
- _____. Em busca de um novo paradigma: a reforma do estado no Brasil dos anos 90. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 10, n. 4, p.13-26., out./dez. 1996.
- FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. **Executivo e legislativo na nova ordem constitucional**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- _____. Presidencialismo e apoio partidário no Congresso. **Monitor Público**, Rio de Janeiro, n. 8, p. 27-36, jan./mar. 1996.
- FOLHA DE SÃO PAULO. **CD-ROM Folha: edição 99**. São Paulo: Publifolha, 1999. 2 CD-ROMs.

- KECK, Margaret E. **A lógica da diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira.** São Paulo: Ática, 1991.
- KINZO, Maria Dalva Gil. **Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966-1979).** São Paulo: IDESP/Vértice, 1988.
- LACLAU, Ernesto. **Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo.** Buenos Aires: Nueva Vision, 1993.
- _____. The death and resurrection of the theory of ideology. **Journal of Political Ideologies**, Oxford, v. 1, n. 3, p. 201-220, 1996.
- LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemony, socialist strategy: towards a radical democratic politics.** London: Verso, 1985.
- LEMOS, Leany Barreiro de Sousa. Concentração de poderes: a atividade das comissões permanentes do Senado brasileiro na década de 90. In: CONGRESO DE LATINOAMERICANISTAS DE CIENCIA POLÍTICA, 1., 2002, Salamanca. **Paper...** Salamanca, 2002. 34 p.
- _____. O Congresso brasileiro e as reformas orientadas para o mercado: o conflito legislativo sobre monopólios estatais. In: CONGRESO DE LATINOAMERICANISTAS DE EUROPA, 3., 2002, Amsterdã, **Paper...** Amsterdã, 2002. 27 p.
- LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil. **Democracia e instituições políticas no Brasil dos anos 80.** São Paulo: Loyola, 1993.
- _____. **Instituições políticas democráticas: o segredo da legitimidade.** Rio de Janeiro: J. Zahar, 1997.
- MAINWARING, Scott. **Sistemas partidários em novas democracias: o caso Brasil.** Porto Alegre: Mercado Aberto; Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- MAINWARING, Scott; MENEGUELLO, Rachel; POWER, Timoty. **Partidos conservadores no Brasil contemporâneo: quais são, o que defendem, quais são suas bases.** São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- MENEGUELLO, Rachel. **Partidos e governos no Brasil contemporâneo (1985-1997).** São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- _____. **PT: a formação de um partido (1979-1982).** São Paulo: Paz e Terra, 1989.
- MILIBAND, David (Org.). **Reinventando a esquerda.** São Paulo: UNESP, 1997.

- MORITZ, Maria Lúcia Rodrigues de Freitas. **A nação moralizada**: a promessa eleitoral dos presidencialistas em 1989. 274 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política)-UFRGS, Porto Alegre, 1996.
- MOUFFE, Chantal. **O regresso do político**. Lisboa: Gradiva, 1996.
- _____. **The democratic paradox**. London: Verso, 1999.
- NICOLAU, Jairo M. (Org.). **Dados eleitorais do Brasil (1982-1996)**. Rio de Janeiro: Revan, 1998.
- PANEBIANCO, Angelo. **Modelo de partido**. Madrid: Alianza, 1990.
- PANIZZA, Francisco E. **Uruguay**: batllismo y despues. Montevideo: Banda Oriental, 1990.
- PEREIRA, L. C. Bresser; WILHEIM, Jorge; SOLA, Lourdes (Org.). **Sociedade e Estado em transformação**. São Paulo: UNESP/ENAP, 1999.
- PINTO, Céli Regina. **Com a palavra o senhor presidente José Sarney**. São Paulo: Hucitec, 1989.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. **Partidos e sindicatos**: escritos de sociologia política. São Paulo: Ática, 1990.
- _____. **Partidos, ideologia e composição social**: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados. São Paulo: EDUSP, 2002.
- SANTOS, Fabiano. Deputados federais e instituições legislativas no Brasil : 1946-99. In: Boschi, R.; Diniz, E.; Santos, F. **Elites políticas e econômicas no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000. p. 91-117.
- _____. Dinâmica congressual e regulação econômica: o caso da lei portuária. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 12, n. 34, p. 133-146, jun. 1997.
- _____. **O poder legislativo no presidencialismo de coalizão**. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.
- SANTOS, Maria Helena de C. Governabilidade, governança e democracia: criação de capacidade governativa e relações executivo-legislativo no Brasil pós-constituente. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 3, p.335-376, 1997.
- SENADO FEDERAL. **Regimento interno do Senado Federal**. Brasília: Gráfica do Senado, 1999.

- SENADORES Brasileiros: dados biográficos: 50^a legislatura (1995-1999). Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Arquivo, 1995.
- SINGER, André. **Esquerda e direita no eleitorado brasileiro**. São Paulo: EDUSP, 2000.
- SOLA, Lourdes (Org.). **Estado, mercado e democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- SOLA, Lourdes; PAULANI, Leda M. (Org.). **Lições da década de 80**. São Paulo: EDUSP/UNRISD, 1995.

APÊNDICE A: Lista dos Deputados Federais dos Partidos de Esquerda – 50ª Legislatura

Relação dos Deputados Federais eleitos pelos partidos de esquerda em 1994

Partido	Estado
PV	
<i>Deputado Titular</i>	
1) Fernando Gabeira	RJ
PPS	
<i>Deputados Titulares</i>	
1) Augusto Carvalho	DF
2) Sérgio Arouca	RJ
PCdoB	
<i>Deputados Titulares</i>	
1) Haroldo Lima	BA
2) Inácio Arruda	CE
3) Angelo Queiroz	DF
4) Aldo Arantes	GO
5) Sergio Miranda	MG
6) Socorro Gomes	PA
7) Ricardo Gomyde	PR
8) Jandira Feghali	RJ
9) Lindberg Farias	RJ
10) Aldo Rebelo	SP
PSB	
<i>Deputados Titulares</i>	
1) Gervásio Oliveira	AP
2) Raquel Capiberibe	AP
3) Beto Lélis	BA
4) Ubaldino Júnior	BA
5) Adelson Salvador (***)	ES
6) José Carlos Sabóia (*)	MA
7) Eduardo Campos	PE
8) Fernando Lyra	PE
9) Gonzaga Patriota	PE
10) João Colaço	PE
11) José Chaves (***)	PE
12) Luiz Piauhyllino (***)	PE
13) Sergio Guerra	PE
14) Alexandre Cardoso	RJ
15) Ronaldo Santos (**) (***)	RJ
16) Ushitaro Kamia (***)	SP

Partido	Estado
PDT	
<i>Deputados Titulares</i>	
1) Coriolano Sales	BA
2) Sergio Carneiro	BA
3) Severiano Alves	BA
4) Luiz Buaiz (****)	ES
5) Luiz Durão	ES
6) Magno Bacelar (***)	MA
6) Silvio Abreu	MG
7) Giovanni Queiroz	PA
8) Wilson Braga (***)	PB
9) Fernando Ribas Carli	PR
10) Max Rosenmann (***)	PR
11) Odílio Balbinotti (***)	PR
12) Wolney Queiroz	PE
13) Vicente Gomes (*****)	PE
14) Carlos Alberto Campista (***)	RJ
15) Cidinha Campos	RJ
16) Edson Ezequiel	RJ
17) Fernando Lopes	RJ
18) Itamar Serpa (***)	RJ
19) José Maurício	RJ
20) Marcia Cibilis Viana	RJ
21) Miro Teixeira	RJ
22) Airton Dipp	RS
23) Carlos Cardinal	RS
24) Enio Bacci	RS
25) Matheus Schmidt	RS
26) Renan Kurtz	RS
27) Eurípedes Miranda	RO
28) Dércio Knop	SC
29) Leonel Pavan	SC
30) Serafim Venzon	SC
31) Fernando Zuppo	SP
32) Antonio da Cunha Lima	SP
33) Antonio Joaquim	MT
34) Oscar Goldani (***)	MS

(*) Deputado afastado em março de 1996, em função da recontagem dos votos

no Estado do Maranhão, em seu lugar assumiu o candidato do PT – HAROLDO SABÓIA;

(**) O deputado RONALDO SANTOS assumiu seu mandato em fevereiro de 1997, depois da recontagem dos votos no Estado do Rio de Janeiro;

(***) Deputados migrantes para a base governista/”coalizão ampliada”;

(****) Deputado migrante para o PL;

(*****) Deputado migrante para o PSB;

Partido	Estado
PT	
<i>Deputados Titulares</i>	
1) Alcides Modesto	BA
2) Jacques Wagner	BA
3) José Pimentel	CE
4) Chico Vigilante	DF
5) Maria Laura	DF
6) João Coser	ES
7) Pedro Wilson	GO
8) Domingos Dutra	MA
9) Haroldo Sabóia	MA
10) Gilney Viana	MT
11) Chico Ferramenta	MG
12) João Fassarella	MG
13) Nilmário Miranda	MG
14) Paulo Delgado	MG
15) Sandra Starling	MG
16) Tilden Santiago	MG
17) Ana Júlia	PA
18) Paulo Rocha	PA
19) Nedson Micheleti	PR
20) Padre Roque	PR
21) Paulo Bernardo	PR
22) Fernando Ferro	PE
23) Humberto Costa	PE
24) Carlos Santana	RJ
25) Ma. da Conceição Tavares	RJ
26) Milton Temer	RJ
27) Adão Pretto	RS
28) Esther Grossi	RS
29) José Fortunatti	RS
30) Luiz Mainardi	RS
31) Miguel Rossetto	RS
32) Paulo Paim	RS
33) Waldomiro Fioravante	RS
34) José Fritsch	SC
35) Milton Mendes	SC
36) Arlindo Chinaglia	SP
37) Celso Daniel	SP
38) Eduardo Jorge	SP
39) Hélio Bicudo	SP
40) Ivan Valente	SP
41) Jair Meneguelli	SP
42) João Paulo	SP

Partido	Estado
PT	
<i>Deputados Titulares (continuação)</i>	
43) José Machado	SP
44) José Augusto	SP
45) José Genoíno	SP
46) Luciano Zica	SP
47) Luiz Gushiken	SP
48) Marta Suplicy	SP
49) Telma de Souza	SP
50) Marcelo Deda	SE

APÊNDICE B: Relação dos Suplentes que assumiram a vaga de Deputado Federal – Bancada partidos de esquerda – 50^a legislatura (1995-1999)

Relação dos Suplentes que assumiram a vaga de Deputado Federal – Bancada partidos de esquerda – 50^a legislatura (1995-1999)

Titular	Suplente
Renunciou(*)	Tomou posse
1) Beto Lélis – PSB/BA	Walter Pinheiro – PT/BA
2) Ubaldino Júnior – PSB/BA	Luiz Alberto – PT/BA
3) Eduardo Campos – PSB/PE	Ricardo Heráclito – PSB/PE
4) Jerônimo Reis – PMN/SE	Pedro Valadares – PSB/SE
5) Leonel Pavan – PDT/SC	Dercio Knop – PDT/SC
6) Domingos Dutra – PT/MA	Neiva Moreira – PDT/MA
7) Chico Ferramenta – PT/MG	Joana D Arc – PT/MG
8) Ana Júlia – PT/ PA	Geraldo Pastana – PT/PA
9) José Fortunatti – PT/RS	Valdeci Oliveira – PT/RS
10) José Fritsch – PT/SC	Vânio dos Santos – PT/SC
11) Celso Daniel – PT/SP	Luiz Eduardo Greenhalgh – PT/SP

(*) As renúncias ocorreram em função do resultado do pleito municipal de 1996. Dos nomes acima listados, com exceção de Ana Júlia e José Fortunatti, eleitos vice-prefeitos, todos os demais elegeram-se prefeitos municipais.
a maioria